

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH
Departamento de História
Programa de Pós-graduação - Mestrado em História

Luciana Rossato

Imagens Construídas

Imaginário Político e Discurso Federalista no Rio Grande do Sul
(1889 - 1896)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof^o Dr. Élio Cantalício Serpa.

Florianópolis/SC, Fevereiro de 1999.

**IMAGENS CONSTRUÍDAS: IMAGINÁRIO POLÍTICO E
DISCURSO FEDERALISTA NO RIO GRANDE DO SUL
(1889-1896)**

LUCIANA ROSSATO

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA



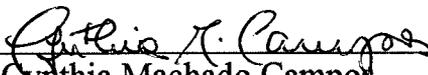
Prof.^a. Dr.^a. Maria Bernardete Ramos Flores (Presidente) (UFSC)



Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (Orientador) (UFSC)



Prof.^a. Dr.^a. Rosângela Miranda Scherem (UDESC)



Prof.^a. Dr.^a. Cynthia Machado Campos (UFSC)

Prof. Dr. Sérgio Schmitz (Suplente) (UFSC)

Maria Bernadete Ramos Flores
Coord. do Programa de Pós-Grad. em História

Florianópolis, 16 de abril de 1999.

ROSSATO, Luciana. *Imagens Construídas: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)*. Florianópolis, 1999. 130p. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Élio Cantalício Serpa

Defesa: 16/04/99

Esta dissertação tem por finalidade analisar o discurso federalista no RS após a Proclamação da República. Após 1889, o RS dividiu-se em facções políticas portavozes de projetos diferenciados de República: o projeto positivista do PRR e o projeto liberal dos federalistas. Estes, recorreram ao imaginário como forma de legitimar sua oposição ao projeto político positivista. O apelo a mitos e alegorias locais e universais, como o mito do gaúcho, e o retorno a um passado de glórias, como a Revolução Farroupilha, estiveram na base da construção discursiva dos federalistas. Além disso é discutido também o processo de heroificação de Gaspar Silveira Martins, que, de monarquista foi transformado no representante da democracia sulina e defensor da liberdade. No último capítulo é discutida a produção historiográfica sobre a Revolução Federalista nos últimos 100 anos. Percebe-se como o discurso posterior sobre a mesma foi mudando conforme o contexto político no qual esteve envolvido o estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: República; Discurso; Imaginário

ABSTRACT

This dissertation has the objective to analyze the federalist speech in RS after the Republic Proclamation. After 1889, RS was divided in political factions that led to differentiated projects of Republic: the positivist project of PRR and the liberal project of the federalists. Those came to the imaginary way to legitimate its positions to the positivist political project. The appeal to local and universal myths and allegories, the gauche myth, and the return to a glorious past, as Farrouphilhas Revolution, were on the base of the discursive construction of the federalists. Besides, it is discussed also the heroified process of Gaspar Silveira Martins, that from monarchist was transformed in representative of South democracy and defender of freedom. On the last chapter it is discussed the historiography production about a Federalist Revolution on the last 100 years. It is held how the late speech about this was changed according to the political context in which it was involved the State of Rio Grande do Sul.

Key-words: Republic; Discourse; Imagery

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação de mestrado propicia-nos momentos de alegria, após cada obstáculo teórico ou metodológico vencido, intercalados com muita angústia. Com certeza, sem a presença de meus amigos estes momentos angustiantes teriam sido mais freqüentes.

Aos meus amigos, que inconscientemente, ajudaram a tornar esta caminhada menos penosa. Em especial: Karen, Adriane, Kátia, Arselle, Sil e Cesar.

Aos colegas do mestrado, Cláudia, Vanderlei, Lili, Emerson, Santino, Erondy, Diana Que nossa amizade persista ao tempo e aos afastamentos geográficos.

Ao Paulo Rogério. Com ele eu divido 10 anos de amizade e este trabalho. Sem sua ajuda e suas palavras de apoio e incentivo, desde a elaboração do projeto até a versão final, este não teria se concretizado.

Ao Aldonei, por ter dividido comigo minhas/suas preocupações e meu/seu carinho.

A minha família, que mesmo distante, sempre me apoiou e me incentivou.

A Cristiane, pela correção ortográfica.

Aos funcionários do Museu de Comunicação Hipólito da Costa, por terem liberado o jornal *A Reforma*, que se encontrava no “hospital”.

Aos professores e aos funcionários do departamento de Pós-graduação em História.

A CAPES, pela bolsa de pesquisa e ao Professor Élio C. Serpa pela orientação.

SUMÁRIO

Introdução	07
1. Os Federalistas: “Herdeiros das Gloriosas Tradições dos Legendários de 35”	19
1.1. O Retorno a um Passado Heróico	27
1.2. A Revolução Farroupilha	44
2. Os Gaúchos: “Defensores das Tradições e da Pátria Oprimida”	52
2.1. Partenon Literário.....	54
2.2. O Gaúcho no Discurso Federalista	60
3. Gaspar Silveira Martins - Uma Tentativa de Heroificação	72
4. Revolução e Historiografia.....	99
Fontes.....	120

INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa, da qual resultou esta Dissertação, são os discursos proferidos pelos federalistas durante o período de implantação do regime republicano no Rio Grande do Sul (RS) e no Brasil. A transição da Monarquia para a República no RS veio acompanhada por uma guerra civil, denominada Revolução Federalista.

O interesse pelo tema surgiu a partir da leitura da Dissertação de Mestrado da Professora Ieda Gutfreind, intitulada “Rio Grande do Sul: 1889 - 1896. A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa”, defendida em 1979 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). O objetivo da pesquisa de Ieda Gutfreind é “acompanhar a trajetória liberal, após a proclamação da República até o Congresso Federalista de 23 de agosto de 1896. Nosso objetivo - prossegue Ieda - é a análise da coerência, ou não, entre a sua ideologia e o seu comportamento.”¹ Para o desenvolvimento da mesma foram utilizados basicamente os editoriais publicados pelos federalistas em seu jornal partidário, *A Reforma*. O enfoque dado à dissertação foi perceber a ideologia que direcionou a prática política dos federalistas.

¹ GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul: 1889-1896 A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa**. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre: Porto Alegre, 1979. p. 15. (Dissertação de Mestrado).

A leitura deste trabalho instigou-nos a pesquisar nos editoriais do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Federalista, e de outros textos produzidos na época ou posteriormente, tais como a obra *Os Voluntários do Martírio*, de Ângelo Dourado e *Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893*, de Wenceslau Escobar. A partir destas leituras, percebemos as inúmeras possibilidades de análise que nos propiciavam as fontes citadas, advindas, principalmente, da orientação teórica pela qual optamos, através da qual utilizamos alguns conceitos básicos como, por exemplo, discurso, imaginário político, representação e identidade, entre outros.

As mudanças ocorridas no estudo histórico a partir da influência do Marxismo e da Escola Francesa dos Annales possibilitaram o surgimento de novos campos de estudo e a expansão dos conceitos decorrentes da interdisciplinaridade. Essas mudanças, muito bem discutidas por vários autores², produziram a difusão dos estudos acerca da história social e cultural.

Dentro dessas novas possibilidades teóricas desponta o imaginário como uma nova temática merecedora de reflexão, na qual a imaginação deixa de ser percebida como mitificadora e irreal para ser um sistema de idéias e imagens culturalmente construídas.

O conceito de imaginário pode ser compreendido como “uma representação global e totalizante da sociedade”³, na qual uma coletividade elabora representações de si e do outro, estabelece papéis sociais e normas de condutas, atribui

² Ver BURKE, Peter. A Nova História, seu passado e seu futuro. In: *A Escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. & CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand do Brasil, 1990.

³ BAZCKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Eunadi*. Volume 05. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p. 309.

méritos, qualifica ou desqualifica determinadas posturas sociais que podem ser apresentadas como verdades ou como inconcebíveis.

Neste sentido, a recorrência ao imaginário é uma das formas dos grupos sociais reagirem frente à instabilidade e aos conflitos sociais, e sua criação e difusão está intimamente ligada à disputa pelo poder. Já representação é definida por Roger Chartier como as “formas institucionais e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.”⁴ É através de representações, difundidas através da linguagem, que os grupos estabelecem parâmetros de diferenciação e de legitimação de suas idéias, definindo identidades. Desta forma, podemos dizer que as representações não são neutras, mas sim campos de concorrência e de competições que se enunciam em termos de disputas pelo poder, forjados pelos interesses que se encontram em jogo.

Segundo José Murilo de Carvalho, o imaginário tem a ver com a ênfase da nova historiografia no ser humano. Isto ocorre devido à influência da antropologia no trabalho do historiador. O discurso e o imaginário se assemelham porque são formas de representação da realidade, é a maneira pelas quais as coisas adquirem significados para as pessoas. Enquanto “o discurso trabalha com conceitos, o imaginário trabalha com imagens e símbolos.”⁵

O discurso é visto aqui como formações enunciativas que combinam forma e conteúdo, como um objeto linguístico-histórico produzido por um determinado grupo

⁴ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Op. Cit. p. 23.

⁵ CARVALHO, José Murilo. A nova historiografia e o imaginário da República. In: **Revista Anos 90 - CPG em História da UFRGS**. Volume 01, nº 1, Maio de 1993. p.11.

social com uma função num momento histórico específico. Analisar estes discursos passa necessariamente por relacionar os sujeitos enunciadore e os sentidos produzidos⁶ ou, como salienta Roger Chartier, os discursos devem ser compreendidos em sua especificidade, devem ser inscritos em seus lugares e meios de produção.⁷

O recorte temporal escolhido para o desenvolvimento deste estudo, 1889 (início da República) a 1896 (término da Revolução Federalista), é considerado pela historiografia rio-grandense como o período de consolidação da República e do governo do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) no estado.

Este período é marcado pela instabilidade política, econômica e social. Segundo Joseph Love o estado diferenciava-se dos outros membros da federação por, politicamente, não ser nem um estado dominante (como São Paulo e Minas Gerais) nem um estado satélite, enquanto que sua economia não estava direcionada nem para a agroexportação nem para a subsistência.⁸ Além das transformações econômicas, decorrentes da transição da mão de obra escrava para a livre, das crises no setor pecuário-exportador, o RS caracterizou-se por grande agitação política. Durante a primeira década republicana houveram dezoito governadores, alguns constitucionais, e outros revolucionários.⁹

Essa instabilidade econômica e política ocasionou uma guerra civil que

⁶ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Texto e Discurso*. Cópia xerográfica. pp. 2-3.

⁷ CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. Estudos Avançados. 11 (5), 1991. São Paulo: USP. p. 187.

⁸ Sobre as diversidades econômicas e políticas do RS em relação ao Brasil consultar LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil Republicano*. Volume 1, 2º ed. São Paulo: Difel, 1977. pp. 99-122.

⁹ TRINDADE, Héliq. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1979. p. 126.

durou de 1893 a 1895 levando à morte de dez a doze mil pessoas numa população de um milhão de habitantes. Raoul Girardet salienta que a recorrência aos mitos, por grupos políticos, é mais forte em momentos de crise de legitimidade, de rupturas e de mudanças. Assim foi o período que antecedeu a Revolução Federalista no RS, na qual grupos políticos divergentes disputavam o poder após a Proclamação da República.

O imaginário, enquanto representação global ou conjunto interligado de representações, é importante como forma de legitimação do grupo. Ao mesmo tempo que cria uma representação de si, está identificando o outro, os adversários que devem ser vencidos. Ao mesmo tempo que busca no passado legitimação para suas lutas, busca também deslegitimar, negar a importância dos adversários. Essa legitimação era importante, neste momento, como forma de aglutinação da parcela da população que tornou-se cidadã após a Proclamação da República.

Com as mudanças na legislação eleitoral, presentes na primeira constituição republicana, o número de eleitores no RS triplicou: de 14.000 eleitores no período imperial para 46.000 votantes. Esses novos eleitores pertenciam, principalmente, à classe média urbana que era alfabetizada ou semi-alfabetizada, os quais não eram eleitores, no Império, por não possuírem renda mínima. No entanto, não resta dúvida de que muitos dos novos eleitores eram analfabetos, cooptados ilegalmente para aumentar as quotas, tanto dos federalistas e seus aliados como do governo republicano.¹⁰

Eram esses novos eleitores que precisariam ser convencidos de forma a garantir a vitória de uma ou de outra facção política. No entanto, esse convencimento não poderia ser feito da mesma forma de antes da Proclamação da República, principalmente

¹⁰ Ver LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 48.

porque a parcela da população votante não era mais a mesma. Conforme constatado por José Murilo de Carvalho, a ideologia, entendida como a “justificação racional da organização do poder,”¹¹ não é suficiente para convencer a população. Era preciso, assim, recorrer à outras formas de convencimento, o que fez com que fossem travadas verdadeiras disputas por símbolos e mitos regionais como forma de legitimação dos dois grupos, que se debatiam a fim de garantir o direito de colocar em prática seus modelos de república.

Fazer com que o discurso republicano, muitas vezes de difícil compreensão, extrapolasse o mundo da elite politizada e intelectualizada e chegasse à grande maioria da população era o objetivo não só do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que tentava legitimar-se no poder, mas também, no caso específico do RS, do grupo que ocupara os principais cargos políticos durante o Império e que, com a Proclamação da República, havia sido deposto do poder, ou seja, o Partido Federalista, antigo Partido Liberal.

É nesse sentido que a utilização do imaginário - como forma de estabelecer objetivos, criar identidades e definir os inimigos contra quem as armas deveriam ser empunhadas - deve ser aqui entendido. A utilização de representações simbólicas, que podem ser universais ou específicas de uma região, como os mitos, as alegorias, as imagens e os símbolos, foi necessária a fim de atingir o público que não teve acesso a uma educação formal. Foi dessa forma que se extravasaram as visões da República para o mundo que se desenrolava fora do universo das elites. Esse extravasamento não poderia ser feito por meio de discursos inacessíveis, de difícil compreensão e apreensão pela

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 9.

população que não teve participação efetiva na Proclamação. É por meio do imaginário, ou de sua manipulação, observa José Murilo de Carvalho, que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo.¹²

Essa utilização do imaginário como forma de definir os grupos políticos que lutavam pelo poder ocorreu no período de implantação da república em nível nacional e regional. No RS, a utilização do simbólico, pelo PRR, a fim de criar identidades é o objeto de estudo¹³ de Loiva Otero Félix. Como o PRR não era majoritário no estado no momento em que ocupou o poder, buscou através da utilização do imaginário tornar seu discurso, republicano e positivista, acessível a uma parcela maior de pessoas. Loiva Otero Félix estuda a Revolução Federalista a partir de um novo enfoque. Salienta que essa revolução teve ligações com o resto do país, enquanto parte do processo de legitimação da República. No aspecto regional, a autora inicia uma discussão que foge da mera divisão política do RS em chimangos e maragatos (republicanos e federalistas). O trabalho dela caminha pelo universo do imaginário, do simbólico, no momento em que tenta verificar quais os caminhos percorridos pelos republicanos a fim de construir no RS um universo simbólico que justificasse a implantação e consolidação

¹² CARVALHO, José Murilo de. *A Formação Das Almas*. Op. Cit. pp. 9-15.

¹³ Ver FÉLIX, Loiva Otero. Mito e alegoria: o universal e o nacional na luta federalista. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. Monarquia e República. Gaspar e Júlio. Os heróis na fala de chimangos e maragatos ... ou ... contrabando, corrupção, fraudes e beneplácitos na fala do historiador. In: Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. Religião, imprensa e Revolução Federalista. In: Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. Op. Cit. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. Op. Cit.

da República. Apesar desse universo simbólico estar vinculado com o resto do país, o RS possuía aspectos singulares que contribuiu para que a implantação da República não tenha ocorrido da mesma maneira das outras regiões do Brasil.¹⁴

O trabalho de Loiva Otero Félix visa destacar as condições que possibilitaram o desenvolvimento do discurso elaborado e das imagens produzidas pelo PRR, no período de legitimação de uma nova forma de organização política após a Proclamação da República. São esses períodos de crise e de ruptura o momento ideal para a difusão/construção de mitos e heróis que criem laços de identidade do presente com um passado de glórias ou de estabilidade. Tendo como suporte teórico o trabalho de Raoul Girardet, *'Mitos e Mitologias Políticas'*, Loiva utiliza dois mitos - do salvador e da unidade - para a verificação empírica dos discursos proferidos pelo principal porta-voz do PRR, o jornal *A Federação*.

Os trabalhos de José Murilo de Carvalho e de Loiva Otero Félix apontam a utilização dos discursos como meio poderoso dos grupos políticos se legitimarem no poder. No entanto, e isto é o que nos interessa no momento, esses discursos, carregados de recorrências ao imaginário, às tradições e ao passado não foi, como vimos, exclusividade dos grupos que tentavam se firmarem no poder. As referências ao imaginário também foram utilizadas para questionar os ocupantes do poder pelos seus opositores políticos, no caso o governo de Júlio de Castilhos e do PRR pelos federalistas. Portanto, nosso trabalho se diferencia do estudo da professora Loiva Otero Félix, na medida em que enfoca o discurso do grupo opositor e o universo simbólico por ele

¹⁴ Alguns desses fatores são: a maior participação política, o predomínio dos liberais liderados por Gaspar Silveira Martins, o fato do PRR ser minoritário e de precisar impor-se e, para isto recorrer a utilização de um discurso que criasse identidade entre a população e uma ideologia importada, ou seja, o positivismo.

explorado afim de deslegitimar o projeto político do grupo situacionista, ao mesmo tempo em que procurava conferir legitimidade à sua própria luta.

Para a realização desta dissertação foram priorizadas as fontes impressas, ou, mais precisamente, o discurso jornalístico. Este discurso é percebido como prática social, como um processo histórico que seleciona os acontecimentos que serão recordados pelas gerações futuras. A imprensa é responsável pela divulgação e transformação dos acontecimentos, mas, acima de tudo, ela é impregnada de historicidade, uma vez que integra uma sociedade e sua história.¹⁵

O trabalho de pesquisa foi realizado principalmente no jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal, do Partido Republicano Federal e, posteriormente, do Partido Federalista. Além desse jornal foram pesquisados também os jornais *Bisturi*, de Rio Grande, e *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

O jornal *A Reforma* foi fundado em 1869, tinha circulação diária e cobria todo o estado. Entre seus diretores podem ser citados os nomes de Gaspar Silveira Martins, Carlos Thompson Flores e Carlos Von Koseritz, entre outros. Durante o império era órgão do Partido Liberal e defensor do regime monárquico. Foi também responsável por intensa campanha em prol da abolição da escravatura. Com a república e a ascensão do PRR ao poder, tornou-se o principal porta-voz da oposição ao governo. Durante a Revolução Federalista deixou de circular, retornando a ser impresso em 1896. Continuou a ser publicado, com algumas interrupções até o ano de 1912, quando deixou de ser publicado em definitivo. Atualmente a coleção que se encontra no acervo do Museu de

¹⁵ MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o Discurso Jornalístico constrói Memória) In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993. p. 33.

Comunicação Hipólito da Costa está incompleta.

O *Correio do Povo* foi fundado em 1895 por Caldas Júnior. Procurou manter-se fora das disputas partidárias, priorizando a divulgação de notícias. Já o jornal *Bisturi* era uma folha satírica de circulação semanal na cidade de Rio Grande. Seu editor era liberal e gasparista. Esta folha teve vida curta, circulando regularmente entre os anos de 1888 e 1893, ocorrendo, posteriormente, algumas edições avulsas.

Além dos jornais, foram utilizados outros textos: relatos, manifestos políticos e diários como a obra *Os Voluntários do Martirio*, de Ângelo Dourado.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo a intenção é discutir a utilização de uma revolução do passado - a Revolução Farroupilha - a fim de legitimar um grupo político, os federalistas, que estava se opondo ao governo estadual e central. Essa revolução passa a ser valorizada e reforçada como uma luta em prol da liberdade num momento muito específico, ou seja, no momento em que foi necessário buscar no passado uma justificativa para a guerra civil que estava sendo preparada. Outro ponto importante e que é reforçado nos três capítulos iniciais é o papel do jornal *A Reforma* como o veículo pelo qual os federalistas difundiam seus discursos de modo a torná-los comuns a toda a população do estado e, dessa forma, conquistar adesões.

No segundo capítulo é discutida a utilização do vocábulo gaúcho nos discursos federalistas. A valorização do gaúcho como o representante de todos os nascidos no estado iniciou-se no final do século passado, a partir da fundação da Sociedade Partenon Literário de Porto Alegre. No período pesquisado o gaúcho é utilizado, juntamente com rio-grandense, para qualificar os nascidos no RS. No entanto o que se percebe é que o gaúcho é utilizado com outro objetivo além deste. Utilizar este

vocábulo significa apropriar-se de determinadas qualidades como honra, bravura, coragem e intrepidez consideradas inerentes a todos os gaúchos. Ao mesmo tempo é significativa a diferenciação feita entre os brasileiros e os habitantes do estado.

No terceiro capítulo o assunto é o processo de heroificação de Gaspar Silveira Martins desenvolvido durante o período delimitado da pesquisa. O Jornal *A Reforma* é responsável por intensa campanha em prol de sua anistia e, após seu retorno ao estado, sua defesa como o mais capacitado para liderar o estado, e também o país, no processo de implantação de uma república justa e que esteja em defesa da liberdade. Gaspar Silveira Martins é o salvador, é o guia benemérito e justo que os levará a uma república grande e cívica.

E finalmente, o quarto capítulo trata da produção historiográfica acerca da Revolução Federalista. A partir da leitura de obras de participantes da revolução e de historiadores que produziram suas obras no decorrer dos últimos 100 anos, podemos perceber o enfoque diferenciado dado pelos autores. Esses discursos produzidos sobre o período e seus atores é o objeto de estudo do último capítulo.

**1. OS FEDERALISTAS: “HERDEIROS DAS GLORIOSAS
TRADIÇÕES DOS LEGENDÁRIOS DE 35”**

Entre as diferentes maneiras utilizadas pelos federalistas a fim de se legitimarem como grupo, bem como criarem formas de identificação com a população, uma das mais presentes foi a de se colocarem como os continuadores dos “*imortais farrapos*”. No entanto, antes de trabalhar com esses fragmentos discursivos, acreditamos ser necessário discutir o momento histórico e partidário no qual estavam os federalistas inseridos. Para a elaboração desta pequena contextualização política utilizaremos as discussões desenvolvidas por alguns historiadores rio-grandenses, a exemplo de Ieda Gutfreind e Sérgio da Costa Franco, entre outros.

Após a proclamação da República, o Partido Liberal rio-grandense desestruturou-se devido, principalmente, ao fato de muitas de suas lideranças terem sido presas e/ou exiladas¹⁶. Com a ascensão do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) ao governo, tendo Júlio de Castilhos como seu principal líder, unido aos antigos

¹⁶ A partir de 1870, o Partido Liberal deteve a hegemonia política no RS, sendo o seu principal líder o Conselheiro Gaspar Silveira Martins. Neste período, o estado passou por significativas mudanças econômicas e sociais, tais como: a introdução de novas raças de gado, das cercas de arame e o melhoramento das redes de transportes, o que possibilitou a modernização nas relações produtivas. Contudo, apesar das mudanças, os liberais não conseguiram resolver, quando no poder, as mesmas censuras que haviam feito aos conservadores. A partir de 1885, uma nova geração começa a entrar na vida política, muitos deles imbuídos do republicanismo, não aceitando a acomodação do partido e muito menos a postura autocrática de Silveira Martins. Começam os questionamentos à estrutura hierarquizada de poder dentro do Partido Liberal do RS, no qual Silveira Martins era considerado o chefe máximo, não aceitando posturas distintas das suas. Ver PICCOLO, Helga I. L.. A Política Rio-grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: Economia e Política. Op. Cit. pp. 93-117.

conservadores, iniciou-se o desmonte da máquina política estruturada pelos liberais nos últimos anos do Império. Segundo Sérgio da Costa Franco, “os republicanos passaram a empreender a derrubada dos gasparistas dos cargos públicos e de todas as posições de liderança e prestígio eleitoral nos municípios. Em todas as comunas, foram dissolvidas as câmaras municipais e nomeadas, para substituí-las, juntas executivas de três membros. Foram demitidos os delegados de Polícia e substituídos todos os comandantes da Guarda Nacional. Um ano após o 15 de Novembro, sob o governo do general Cândido Costa, a derrubada já estaria completa.”¹⁷

Em junho de 1890, juntamente com os dissidentes republicanos, os liberais fundaram uma agremiação chamada União Nacional, a qual tinha como objetivo participar das eleições para o primeiro Congresso Republicano Nacional. Foi a primeira tentativa da oposição de estruturar-se politicamente, a fim de se opor ao governo do PRR. Num primeiro momento, os liberais concitaram seus correligionários a participarem das eleições, mas, por causa das denúncias de fraude, das prisões e da interferência das Forças Armadas, voltaram atrás, aconselhando a abstenção ao pleito, como forma de demonstrar seu descontentamento pelos rumos que estava tomando a política no estado.

A União Nacional, segundo Ieda Gutfreind, não formava um partido, nem mesmo tinha um programa. Consideravam-se uma “coligação patriótica” que tinha como objetivo ajudar na consolidação da República, sendo necessário, para isto, a garantia de paz, ordem e tranquilidade. Apesar de ser composta por grupos heterogêneos, tinham alguns pontos em comum, como “a conservação da ordem social, a defesa de garantias

¹⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. O Sentido Histórico da Revolução de 1893. In: **Fundamentos da Cultura Rio-Grandense**. 5ª Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962. pp. 198-199.

individuais, a liberdade de imprensa e de pensamento, a respeitabilidade dos magistrados, o prestígio do poder público e a liberdade de voto.”¹⁸

A postura de abster-se do pleito eleitoral foi modificada nas eleições para a Assembléia Constituinte do Estado. Devido à importância de participar da elaboração da primeira constituição estadual, os conselhos anteriores de abstenção foram esquecidos. Em 23 de abril de 1891 é comunicada a extinção da União Nacional e a fundação do Partido Republicano Federal. Segundo Ieda Gutfreind, a União Nacional não alcançou seus objetivos devido ao sectarismo republicano que não possibilitava espaço de participação política aos seus adversários. As vitórias alcançadas restringiram-se ao nível de conscientização da população.¹⁹

O Partido Republicano Federal (PRF) era mais do que uma coligação. Era um partido com programa e candidatos que tinham como objetivo disputar as eleições de 5 de maio de 1891 para a Assembléia Constituinte Estadual. No manifesto publicado, quando da fundação do partido, as contradições e diferenças entre seus membros, liberais e dissidentes republicanos, tornaram-se aparentes. O manifesto defendia a autonomia do poder local, liberdade plena de pensamento e ação, restrição das funções legislativas da Assembléia dos Representantes, equidade de impostos, livre concorrência industrial, agrícola, manufatureira e comercial, entre outros pontos. Finalizava o documento afirmando ser “revisionista na união e autonomista no Estado” e usando a expressão “Ordem e Progresso.”

Como o manifesto foi publicado em 14 de abril de 1891 e a filiação dos

¹⁸ GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896 A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa*. Op. Cit. p. 70.

¹⁹ Ver GUTFREIND, Ieda. Op. Cit. p. 72.

liberais só foi divulgada no dia 23 de abril, a professora Ieda Gutfreind conclui que os liberais somente se associaram a este partido para não serem excluídos do processo eleitoral. Salieta, contudo, que os liberais ignoraram certos aspectos do manifesto, ressaltando outros como o ideal federativo fraudado e as instituições livres em todos os setores.²⁰ A vitória esmagadora do PRR nas eleições foi um resultado alcançado em grande parte devido às fraudes impetradas pelo partidários de Júlio de Castilhos. Sérgio da Costa Franco, na conclusão da obra, *Júlio de Castilhos e Sua Época*, diz que “o que de mais grave se pode imputar ao Partido Republicano Rio-grandense é o de ter cultivado a fraude eleitoral como um instrumento rotineiro de conquista e garantia de poder.”²¹

Com a vitória nas urnas, o projeto para a constituição estadual foi enviado para ser aprovado pelos membros eleitos. O projeto, apesar de ter sido assinado por Ramiro Barcellos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio de Castilhos, era, na realidade, um projeto exclusivamente de Júlio de Castilhos. Em 14 de julho de 1891, o projeto da Constituição foi aprovado, ao mesmo tempo que Júlio de Castilhos era eleito primeiro presidente constitucional do RS, o sétimo presidente do estado após 15 de novembro de 1889.

Devido ao fato de ter apoiado o golpe de Deodoro da Fonseca - dissolução do Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891 - Júlio de Castilhos viu-se obrigado a renunciar, passando o governo à dissidência, que estava organizada no Partido Republicano Federal (PRF). Os liberais, apesar do apoio ao PRF, foram excluídos dos principais cargos. O período que vai da renúncia de Júlio de Castilhos até sua volta ao

²⁰ Ver GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896 A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa*. Op. Cit. p. 81.

²¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre: Globo. 1967. p. 204.

poder passou a ser conhecido como “governicho” (novembro de 1891 a fevereiro de 1893).

Com a anistia de Gaspar Silveira Martins²² e seu retorno ao estado no início de 1892, os liberais voltam a contar com sua maior liderança. As divergências desses dentro do PRF, motivados em grande parte pelas disputas políticas com os dissidentes republicanos e a postura de Silveira Martins, em defesa do parlamentarismo, levou ao rompimento dos liberais com o partido e à fundação de outro, o Partido Federalista. Outros pontos que diferenciavam os liberais, agora federalistas, era a defesa do imposto censitário, de ampla autonomia aos municípios e as câmaras municipais e a exclusão do exército dos combates políticos. Agora não mais dois grupos disputavam o poder no estado, mas três: os republicanos históricos (Partido Republicano Rio-Grandense), os antigos liberais associados a alguns conservadores (Partido Federalista) e a dissidência republicana (Partido Republicano Federal), que encontrava-se no governo estadual.

A fundação do Partido Federalista foi realizada no Congresso de Bagé em 31 de março de 1892, quando foram aprovadas as bases para a constituição do governo civil do Estado. Entre os pontos defendidos pelos federalistas estavam a eleição do presidente estadual por quatro anos, sem possibilidade de reeleição; o mandato dos deputados de quatro anos e com a metade dos membros renovada bienalmente; as câmaras com funções legislativas e as leis por ela elaboradas poderiam ser ou não sancionadas pelo executivo; a defesa da autonomia dos municípios e do judiciário e a

²² Gaspar Silveira Martins, presidente da Província do Rio Grande do Sul no momento da implantação da República, foi preso e exilado do país pelo governo de Deodoro da Fonseca. A trajetória política de Gaspar Silveira Martins será aprofundada no capítulo 3.

proclamação de uma imprensa livre, o que garantiria o diálogo e permitiria o surgimento das melhores soluções.

Todo o programa do Partido Federalista tinha a preocupação de não concentrar o poder nas mãos de alguns, mas distribuí-lo harmoniosamente. Em suma, “pregavam um regime com representatividade, restringindo, tanto quanto possível, o executivo, limitando a influência pessoal do chefe do Estado, descentralizando a administração e a política para realizar o regime federativo. Seus desígnios parlamentaristas traduziam, apenas, a aplicação de seus ideais liberais no campo político.”²³

A garantia de liberdade política e econômica era a única forma de resguardar o poder econômico dos grandes estancieiros, em sua maioria membros do Partido Federalista, possibilitando dessa forma seu retorno ao poder. Apesar de serem mantidos fora do poder político, os federalistas eram maioria no estado, como se percebe pela fala de Alfredo Varela, um republicano contemporâneo dos acontecimentos:

*“o partido capitaneado por Silveira Martins não era de respeitar-se tão somente pelo número, pelo que significava materialmente ou por ser a máxima força política, não da província, mas de todo o Império. Era-o mormente pela reconhecida excelência, excepcionalíssimo vigor de sua posição moral.”*²⁴

Pode-se considerar que o retorno de Júlio de Castilhos²⁵ ao governo do RS

²³ GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul: 1889-1896 A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa.** Op. Cit. p. 100.

²⁴ VARELLA, Alfredo. Tempos idos e vividos. In: DALABONA, Américo. **A Atuação Liberal na Crise do Início da República e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul 1889-1895.** Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS: Porto Alegre, 1981. pp. 56-57. (Especialização em História).

²⁵ Júlio de Castilhos já havia ocupado anteriormente o cargo de presidente do estado, tendo tomado posse no dia 15 de julho de 1891. Em 12 de novembro de 1891 é obrigado a renunciar ao seu mandato passando o poder à oposição. Ver LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho.** Op. Cit. pp. 51-52.

foi o estopim da guerra. Sua posse no cargo de presidente do estado foi em 25 de janeiro de 1893 e o início da Revolução Federalista ocorreu em 2 de fevereiro de 1893, quando uma coluna federalista cruzou a fronteira uruguaia em direção à Bagé. Apesar do apoio de uma parcela da população do estado, principalmente na região da Campanha²⁶ e da superioridade numérica inicial, o governo estadual era superior em armamento e contava com o apoio do governo de Floriano Peixoto.

Essas constantes mudanças, tanto no governo do estado como nos partidos políticos, espelhavam as disputas que estavam ocorrendo. Eram embates travados a fim de definir quem ocuparia os espaços políticos abertos com a mudança no regime político. Para Angela de Castro Gomes, uma das características fundamentais do regime político inaugurado no Brasil em 15 de novembro de 1889 foi, sem dúvida, a instabilidade.

Enquanto no *antigo regime* o poder estava materializado na figura do Imperador, com a república criou-se um vácuo de poder, estando o mesmo “disponível para ser, como nunca o fora, construído pela sociedade.”²⁷ Nas duas primeiras décadas da República, o espaço político estava aberto para ser ocupado, levando à disputa desse espaço de participação política efetiva pelos diferentes segmentos da sociedade que poderiam, desta forma, colocar em prática suas idéias e propostas políticas.

Percebe-se, a partir da leitura dos editoriais do jornal *A Reforma*, como as discussões políticas mudavam com o passar do tempo e com as diferentes coligações que os liberais faziam para alcançar seu objetivo, que nada mais era retornar ao poder. Enquanto os liberais se estruturavam a fim de participarem das decisões políticas, via

²⁶ A campanha compreende a região ao sul do Estado. Tem como divisa norte os rios Jacuí e Ibicuí. Esta região é constituída majoritariamente por grandes estâncias dedicadas à pecuária.

²⁷ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 19.

representação eleitoral, as referências ao passado ocorriam com menos frequência. Com a renúncia de Júlio de Castilhos, as esperanças de participação crescem. No entanto, este otimismo logo esmoreceu. Os liberais, apesar de fazerem parte do PRF e do “governicho”, não possuíam espaço de decisão. Com a fundação do Partido Federalista essa exclusão foi regulamentada.²⁸

1.1. O RETORNO A UM PASSADO HERÓICO

É a partir desse momento (março de 1892), após a fundação de seu próprio partido, que se percebe uma utilização mais frequente dos recursos simbólicos nos discursos veiculados pelo jornal *A Reforma*. Segundo Ieda Gutfreind, a imprensa no RS é uma tradição, sendo considerada mais do que um veículo nos quais se publicavam notícias. Era porta-voz de partidos políticos e de ideologias que a utilizavam como meio de conscientização.²⁹ Pode-se dizer que a imprensa foi utilizada, pelos federalistas e por outros grupos políticos, para discutir interesses privados de determinados grupos como se fossem interesses do coletivo. A partir da reestruturação da esfera pública, que pode ser apreendida pelo desenvolvimento da imprensa - sua instituição por excelência - a delimitação no setor privado entre a esfera pública e a esfera privada deixou de ser nítida.³⁰

²⁸ Ver GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896 A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa*. Op. Cit. p. 101.

²⁹ GUTFREIND, Ieda. Op. Cit. p. 10.

³⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. pp. 213-215.

Em estudo realizado sobre a imprensa de Desterro da segunda metade do século XIX, Joana Maria Pedro coloca que a mesma foi impulsionada pelas lutas políticas partidárias e que, a exemplo dos hebdomadários moralistas do século XVIII na Inglaterra, descritos por Jürgen Habermas, “tematizavam também questões morais, notícias, educação e comportamento ético, sendo que as características encontradas na imprensa de Desterro não se diferenciam das encontradas noutras províncias.”³¹

Estas características também são percebidas no jornal *A Reforma*. Era através de suas páginas que os federalistas criticavam o comtismo, uma “*ciência política importada*”, bem como o governo de seus adversários políticos, responsável pela “*anarquia, pela ditadura, pelo despotismo e pelo crime.*”³² Ao mesmo tempo em que aproveitavam para difamar e, dessa forma, negar a importância de seus adversários políticos, os artigos dos jornais reforçavam suas idéias, como por exemplo, a defesa do parlamentarismo e do direito à revolução como única forma de garantia da liberdade.

Este chamamento à revolução era justificado como um direito supremo dos povos oprimidos, principalmente dos rio-grandenses, que possuíam um passado a honrar. É esse passado, mais precisamente uma revolução, que é utilizado para legitimar e convencer a população da necessidade de outra revolução. Revolução essa que vai devolver aos rio-grandenses a liberdade que havia sido roubada por um governo autoritário e sem representatividade, como nos mostra a citação a seguir.

“Há momentos na vida dos povos em que estes têm o dever de demonstrar, por atos, que o patriotismo é sentimento que não desaparece nunca do peito de quem tem brio. Chega esse momento, quando os povos oprimidos, sentindo seus direitos confiscados, vitimados pelo arbítrio e pelo

³¹ PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o Público e o Privado. A Imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. p. 33.

³² O comtismo e a dissolução da Pátria. A REFORMA. Porto alegre. 1 de maio de 1892.

*despotismo dos governos que buscam inspirações no ódio e no interesse, compreendem que é necessário usar do supremo direito – o direito da revolução. Eis o que acaba de acontecer na terra dos imortais farrapos.*³³

É a partir de 1892 que as referências a uma revolução do passado, a Revolução Farroupilha, passam a ser utilizadas com mais frequência, a fim de justificar e de conquistar adesão a uma nova revolução. O início desse ano é marcado pelo retorno de Gaspar Silveira Martins ao estado (21 de janeiro de 1892), pela desvinculação dos liberais do PRF e do “governicho” e pela fundação do Partido Federalista (31 de março de 1892). Apesar da postura contrária de Gaspar Silveira Martins a uma guerra civil, sua presença entre seus correligionários, provavelmente, lhes dava ânimo para exigir maior participação no governo do estado, mesmo que fosse necessário usar da força para alcançar este objetivo. Com o retorno do PRR ao poder, em meados de 1892, a convocação a uma revolução tornou-se constante nos editoriais d’*A Reforma*. Apesar de ter passado para a história como tendo iniciado em fevereiro de 1893, as primeiras escaramuças e atos de violência ocorreram a partir da segunda metade de 1892.

Segundo Ieda Gutfreind “a idéia de revolução foi anunciada desde o início da vida republicana como ameaça, como direito e dever em nome de uma ideologia que considerava o recurso à revolução válido, quando as leis fossem violadas.”³⁴ Pode-se, assim, perceber a oposição ao governo através da ameaça velada:

*“O povo rio-grandense sente que as liberdades públicas estão em perigo, e está pronto a defendê-las com a mesma dedicação, com a mesma coragem, com a mesma abnegação, com que em outras eras sacrificou-se imortal princípio político.”*³⁵

³³ Delírio. A REFORMA. Porto Alegre. 12 de janeiro de 1892.

³⁴ GUTFREIND, Ieda. A Revolução Federalista: o Apelo à Revolução e Projetos Políticos. In: FÉLIX, Lôiva Otero e RAMBO, Arthur Blásio (orgs.). A Revolução Federalista e os Teuto-brasileiros. Op. Cit. p. 140.

³⁵ Constituição do Estado. A REFORMA. Porto Alegre. 14 de fevereiro de 1891.

Apesar da ameaça constante de uma revolução estar presente desde o início da República, podemos considerar a promulgação da Constituição Rio-grandense, em 14 de julho de 1891, como um divisor no enfoque discursivo dos federalistas. É a partir desse momento que os federalistas, através de seu jornal, passam a defender a deposição do PRR e de Júlio de Castilhos do governo e a anulação da Constituição Rio-grandense, mesmo que para isso fosse necessário recorrer às armas.

Alguns dos pontos da Constituição Castilhista³⁶ que geraram a oposição acirrada dos federalistas eram: “1) Legislativo unicameral com autoridade restrita à questões orçamentárias; 2) executivo com mandato de cinco anos e com poderes de legislar por decreto sobre questões não-financeiras, a menos que a maioria das Câmaras Municipais rejeitasse uma lei determinada; 3) reeleição consecutiva do Governador, contanto que obtivesse três quartos da votação total e 5) ampla e estrita separação dos poderes “espirituais” e “temporais.”³⁷

Além da influência na elaboração da nova carta constitucional, a maior parte das mudanças políticas e econômicas postas em prática no estado pelo PRR - descentralização política, liberdade de ensino, comércio e indústria, defesa do imposto direto, entre outras - seguiram diretrizes influenciadas pelas idéias de Auguste Comte. Durante o período de divulgação das idéias republicanas, salientou-se o caráter científico do positivismo, aproximando-o dos modelos cientificistas, muito em voga na época. Algumas das idéias de Comte, reformuladas por Júlio de Castilhos e adequadas à

³⁶ A expressão Castilhismo denomina a postura política dos seguidores de Júlio de Castilhos, que adaptou as idéias de Auguste Comte a realidade rio-grandense.

³⁷ LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. Op. Cit. p. 49.

realidade rio-grandense, foram utilizadas para justificar as propostas postas em prática após a Proclamação da República.

Após a promulgação da nova Constituição Rio-grandense, os federalistas deixam de defender o voto como única forma de retornar ao poder e passam a defender a revolução. Acirra-se a campanha de legitimação da revolução como a única saída para devolver ao estado a “*liberdade plena, como ela deve ser-nos dada.*”³⁸ O reforço à necessidade de que, para reconquistar o poder, deveriam se utilizar do recurso de uma guerra constitui-se em oposição ao positivismo, que pregava a transformação da sociedade através do consenso.

O passado histórico, para os redatores do jornal *A Reforma*, além de possuir a função de explicar o presente, tinha como objetivo ajudar a difundir as posições políticas dos federalistas, através de um número considerável de alegorias e imagens que eram criadas nos discursos políticos e difundidos através da escrita. Karl Marx em ‘*O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*’, ao analisar as revoluções, especialmente a de 1848 na França, coloca que os homens não agem por vontade própria, mas influenciados pelos legados transmitidos pelo passado. Segundo ele, os homens, em períodos de crise revolucionária, buscam nas tradições, nos espíritos do passado, “os nomes, os gritos de guerra, as roupagens, a fim de apresentar nesta linguagem emprestada a nova cena da história universal.”³⁹ Apesar de estar criticando as revoluções burguesas que buscavam no passado a sua motivação, o que nos interessa é a percepção de Marx sobre o poder do passado.

³⁸ Para tudo. A REFORMA. Porto Alegre. 24 de janeiro de 1891.

³⁹ MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes, 1987. pp. 15-16.

Para Eric Hobsbawm, o passado é utilizado como a base de onde são inventadas as tradições. Essas tradições podem ser reforçadas através da repetição ou então de um processo de formalização e de ritualização, e tem como função dar a “qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o exposto na história.”⁴⁰ Com isso podemos dizer que quando os federalistas recorrem à tradição da Revolução Farroupilha estão na realidade defendendo o seu direito de influir nos destinos do estado através da defesa e/ou ampliação de seu espaço de atuação no nível político.

Para exemplificarmos a utilização do passado em momentos de disputa política tomamos, como exemplo, a data de 20 de setembro, início da Revolução Farroupilha. N^a *Reforma* de 20 de setembro de 1891 não aparece nenhuma referência a mesma, o que também ocorreu nos anos anteriores (20 de setembro de 1888, 1889 e 1890). O máximo que se encontra é uma nota, no dia seguinte, 21 de setembro, falando sobre os festejos realizados pela colônia italiana em comemoração à unificação da Itália. Na sequência da nota coloca-se que “*no salão Cosmopolita também o aniversário da fundação da malograda república rio-grandense de 35 - foi festejada pela sociedade Terpsychore Porto Alegre.*”⁴¹ A única referência ocorre na mesma nota que fala da comemoração, feita pelos italianos residentes no RS, do aniversário da Unificação Italiana. Além de ocupar a mesma nota, o 20 de setembro rio-grandense surge em segundo lugar.

Já no ano seguinte - 1892 - ocorre o oposto. N^a *Reforma* de 20 de

⁴⁰ HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 10.

⁴¹ 20 de setembro. A *REFORMA*. Porto Alegre. 21 de setembro de 1891.

setembro, a primeira página aparece circulada com bordas onduladas, e é toda ocupada com artigos falando ou que se referem, de alguma forma, à Revolução Farroupilha. Outra diferença em relação aos números normais do jornal é que aparece, no canto superior esquerdo, antes do editorial, a reprodução do brasão do Rio Grande do Sul. Esse brasão representava a República Piratini, proclamada por Bento Gonçalves durante a Revolução Farroupilha, tendo sido apropriado pelo governo do PRR e passando a integrar a bandeira do RS após 1889.

Tomando a data do início da Revolução Farroupilha a fim de comparar como a mesma foi tratada em diferentes anos (1888, 1889, 1890, 1891, 1892), podemos perceber que a comemoração dessa revolução como “*a heróica luta em defesa da liberdade e da autonomia*”⁴² diferenciou-se conforme o contexto político no qual se encontrava o estado. Essas referências às tradições foram utilizados pelos federalistas num momento muito específico, de contestação ao governo estadual ocupado pelo PRR.

Para isso, os federalistas recorrem à Revolução Farroupilha, colocando-se como os legítimos defensores dos ideais de liberdade dos revolucionários de 35 e, como esses, prontos a defendê-los. Se, pelo lado dos castilhistas, Júlio de Castilhos era o “guardião da república”, Gaspar Silveira Martins era o “guardião da liberdade”, no dizer dos federalistas. Essas nomeações foram difundidas pelos jornais da época, principalmente pelos jornais *A Federação* e *A Reforma*, e reforçadas posteriormente pelos historiadores, muitas vezes assumindo o discurso dos agentes históricos. Loiva Otero Félix desenvolveu, nos últimos anos, trabalhos de pesquisa onde demonstra o processo de

⁴² Tradições aviltadas. Artigo assinado Bento Gonçalves. A REFORMA. Porto Alegre. 27 de agosto de 1892.

construção mítico-heróica de Júlio de Castilhos levado a cabo pelo jornal *A Federação*.⁴³ Já o processo de heroificação de Gaspar Silveira Martins desenvolvido pelo jornal *A Reforma* é o tema apresentado no terceiro capítulo desta dissertação.

Os dois grupos políticos, em disputa, tentavam legitimar sua luta pelo poder no Estado através da comparação com os heróis e ideais da Revolução de 35. Buscavam na origem do ideal republicano rio-grandense a justificativa para uma disputa que dividiu o RS nos primeiros anos da República. Ambos recorreram ao passado de glórias da Revolução Farroupilha, buscando nessa revolução, que era motivo de orgulho para os rio-grandenses, elementos mobilizadores da população, principalmente os federalistas, que procuravam, dessa forma, legitimar o fato de haverem iniciado uma guerra civil.

Procura-se salientar as ligações dos federalistas com os farrapos, como num artigo sobre Joca Tavares, publicado no dia 20 de julho de 1892. João Nunes da Silva Tavares era o chefe militar da Revolução Federalista. Pertencia a uma importante família de Bagé, onde, como chefe conservador, conseguia eleger todos os vereadores. Era fazendeiro, militar, tendo participado da Revolução Farroupilha, das guerras platinas e do Paraguai. Segundo *A Reforma*, Joca Tavares

*“é um prolongamento de Bento Gonçalves na defesa da liberdade e da democracia. Bem como o herói do passado desconhecia filosofia; mas por instinto pátrio odeia o comitismo; exhibe nisto a espontânea manifestação do meio em que nasceu e sobre ele atua poderosa e eficazmente.”*⁴⁴

⁴³ Ver FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Op. Cit. e *Monarquia e República*. Gaspar e Júlio. Os heróis na fala de chimangos e maragatos ... ou ... contrabando, corrupção, fraudes e beneplácitos na fala do historiador. In: Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. Op. Cit.

⁴⁴ Joca Tavares. *A REFORMA*. Porto Alegre. 20 de julho de 1892.

O mais interessante é que o artigo esquece de lembrar que Joca Tavares lutou na Revolução Farroupilha ao lado dos legalistas, ou seja, em oposição a Bento Gonçalves. No entanto, apesar disso, ele é um vínculo que *“em si enlaça em estreito liame o presente ao passado.”*⁴⁵

“Como o herói do passado”, Joca Tavares era um homem do seu meio. Tinha sido formado lutando nas inúmeras batalhas nas quais o Brasil e o estado estiveram envolvidos. Não tinha formação superior, como muitos dos federalistas e, o que é mais importante, *“desconhecia filosofia”*. Isto, no entanto, não impedia ao herói do passado de colocar-se contra o *“comtismo”*, ou seja, a filosofia positivista aplicada à política rio-grandense. Esta condição lhe é dada não propriamente pelo conhecimento das questões filosóficas, mas por um sentimento - *“o instinto pátrio”* - próprio dos homens que se formaram na defesa da pátria e contra as investidas estrangeiras.

Os federalistas se consideravam os legítimos herdeiros dos revolucionários farroupilhas. Buscavam nessa revolução a afirmação de sua legitimidade pela continuidade, pelo exemplo legado pelos ancestrais. Como nos fala Raoul Girardet *“quase não há, hoje, grupo político que não ache sempre necessário, quando se trata de afirmar sua legitimidade ou de garantir sua continuidade, apelar para o exemplo e para as lições de certo número de ‘grandes ancestrais’ sacralizados pela lenda.”*⁴⁶

Este apelo é especialmente verificável no *A Reforma*, de 10 de abril de 1892, que clama pela tradições, pelo passado do estado que deve ser tomado como exemplo, como um ensinamento.

“(...) tradições da nossa terra, entusiasmo pela liberdade em favor da qual os nossos avós tanto se bateram e se

⁴⁵ Joca Tavares. A REFORMA. Porto Alegre. 20 de julho de 1892.

⁴⁶ Ver GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 78.

esforçaram. E é por ele que nós, os brasileiros, nós, os rio-grandenses, fomos aos campos de batalha tantas vezes (...). De que nos serve a lição do passado histórico?(...). Temos ou não solidariedade com os heróis de 1835? Somos ou não seus continuadores?”⁴⁷

Esta citação nos remete a Eric Hobsbawm quando diz que “o passado legitima e fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar.”⁴⁸ Além de legitimação, os federalistas buscavam na Revolução Farroupilha um estímulo, uma forma de motivar seus partidários para uma nova luta.

Ao mesmo tempo em que se colocavam como representantes do ideais farroupilhas, o discurso federalista tinha como objetivo negar a ligação entre o PRR e a Revolução Farroupilha, como era difundida pelo governo através do jornal *A Federação*:

“Em seus atos, em suas obras, nos seus primordiais intuítos, é o partido castilhista uma perfeita antítese do imortal partido farroupilha. Nós, os federalistas, é que recolhemos as tradições desse famoso partido, que as zelamos efetivamente, por fatos e não por palavras, que as sagramos ainda mesmo á custa dos maiores sacrifícios. Somos nós, o partido republicano federal, que estamos com a bandeira dos farrapos.”⁴⁹

Os liberais federalistas tentavam monopolizar a utilização do passado farroupilha. Eles eram os únicos herdeiros, os verdadeiros representantes dos antigos farroupilhas. Assim, o passado é utilizado de modo a dar respaldo, sanção para uma luta atual. A Revolução Federalista era a continuação de lutas antigas, pelas quais muitos de seus antepassados haviam dado seu sangue. Para os republicanos castilhistas, a Revolução Farroupilha era considerada a origem dos ideais republicanos, enquanto que

⁴⁷ O comtismo e a pátria. A REFORMA. Porto Alegre. 10 de abril de 1892.

⁴⁸ HOBBSAWM, Eric. Dentro e fora da História. In: *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.17.

⁴⁹ Quem é o representante real? A REFORMA. Porto Alegre. 4 de outubro de 1892.

para os federalistas era uma mostra do quanto os rio-grandenses prezavam o direito supremo da liberdade. Era uma mostra da honradez e do brio dos gaúchos que não se dobravam à tirania de ninguém:

*“Sentiu orgulho vendo o Rio Grande levantar-se em defesa da liberdade, confirmando assim o que já dissera outr’ora, respondendo aos adversários; que a liberdade era ali árvore tão frondosa, que tinha tantas raízes, que quem tentasse arrancá-la, produziria uma reação toda de heroísmo.”*⁵⁰

Segundo Bronislaw Baczko, os bens simbólicos que são fabricados pela sociedade não são em quantidade ilimitada, muito pelo contrário, “alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem objetos de lutas e conflitos encarniçados.”⁵¹ Esta disputa pelos bens simbólicos ocorreu durante o período de implantação da República no RS. A herança farroupilha foi apropriada pelos dois grupos políticos nos aspectos que melhor expressavam seus interesses políticos. Dessa forma, as conotações liberal e republicana da Revolução Farroupilha foram separadas na Revolução Federalista e apropriadas respectivamente pelos federalistas e castilhistas.

Os federalistas, segundo o estudo desenvolvido por Ieda Gutfreind, eram tributários da corrente filosófica liberal, principalmente dos princípios desenvolvidos por John Locke, Adam Smith, Stuart Mill, entre outros. John Locke defendia a idéia dos direitos naturais e de que o Estado originou-se a partir do contrato social entre os governados e seus governantes. Segundo ele, quando os governantes não respeitassem os direitos do povo e desrespeitassem as leis elaboradas, o povo tinha o direito de resistir. Para René Remond, o liberalismo pode ser considerado uma filosofia global, uma vez que

⁵⁰ Discurso de Silveira Martins, em 10 de janeiro de 1892, ao retornar do exílio a que foi submetido após a Proclamação da República. A REFORMA. Porto Alegre. 11 de janeiro de 1892.

⁵¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Eunadi*. Volume 5. Op. Cit. p. 299.

possui um aspecto econômico, político e social.

O aspecto político é inteiramente voltado para a idéia de liberdade, já que a sociedade política deve basear-se na liberdade, bem como encontrar na consagração da mesma sua justificativa, por isso a defesa da liberdade de imprensa e de ensino. Apesar da sociedade repousar sobre a igualdade de direitos perante a lei (o pensamento liberal é essencialmente jurídico), isto não significa a igualdade de fato. No aspecto social, o liberalismo coloca o indivíduo à frente da razão de Estado, dos grupos sociais e da coletividade.⁵²

No que se refere ao papel do estado, os federalistas “fincavam pé na defesa do Estado Liberal, da economia clássica, no destaque às idéias de Adam Smith, consideradas um guia a ser seguido.”⁵³ Já no que se refere à idéia de revolução “essa atitude relaciona-se ao pensamento de Locke e ao Romantismo, partidários das saídas revolucionárias.”⁵⁴ Essas foram algumas das idéias que influenciaram os federalistas no final do séc. XIX e que eram difundidas através dos jornais.

Foi através dos discursos veiculados pelos jornais, principalmente n’*A Reforma*, que os federalistas procuravam colocar-se como os continuadores dos farroupilhas, tanto na defesa da liberdade, na coragem, na honra, como também nos ideais.

“O nosso programa é bem conhecido. Pavilhão que se desfralda no reduto confiado a nossa guarda, encarna as tradições do Rio Grande desde 1835 até 1889. Como no decênio glorioso é ainda a nossa divisa: Deus, pátria e

⁵² REMOND, René. *O Século XIX 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1974. pp. 25-49.

⁵³ GUTFREIND, Ieda. *A Revolução Federalista: O Apelo à Revolução e Projetos Políticos*. In: FELIX, Loiva Otero e RAMBO, Arthur Blásio (orgs.). *A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros*. Op. Cit. pp. 138-139.

⁵⁴ GUTFREIND, Ieda. *A Revolução Federalista: O Apelo à Revolução e Projetos Políticos*. In: FELIX, Loiva Otero e RAMBO, Arthur Blásio (orgs.). *A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros*. Op. Cit. pp. 138-140.

*liberdade. Não a substituiremos jamais pelo lema ominoso de: Ordem e Progresso.*⁵⁵

Através desses discursos, reforça-se a antinomia entre os federalistas e os castilhistas. “Nós”, os federalistas é que somos os continuadores do programa político dos farroupilhas e não “Eles”, os membros do PRR, que foram buscar na Europa, no positivismo, a fundamentação filosófica para suas propostas políticas. Essas propostas políticas foram transformadas em leis pela Constituição Castilhista, o que fez com que todas as tradições do povo rio-grandense fossem esquecidas. Eram essas tradições, lembradas através dos discursos e de depoimentos de antigos farroupilhas, que os federalistas utilizavam cada vez com mais frequência, conforme as disputas com o governo estadual se acirravam.⁵⁶ Aproveitavam-se de todos os momentos possíveis a fim de lembrar e salientar essa herança, como por exemplo na recepção organizada pelos correligionários de Gaspar Silveira Martins no momento de seu retorno ao estado, após a suspensão de seu exílio:

*“A digna comissão de festejos em honra ao Sr. Conselheiro Silveira Martins mandou fazer, na tipografia do Sr. I. Weingaertner, grande tiragem do Hymno Revolucionário de 1891 composto pelo Sr. Luiz Roberti e por este distinto maestro oferecido ‘ao eminente tribuno rio-grandense Gaspar Silveira Martins’ ... cuja letra foi há pouco escrita pelo Sr. Damasceno Vieira ... compôs esta musica, adotando como desígnio, alguns compassos do tradicional hino republicano rio-grandense, que ouvira cantar por um venerando revolucionário de 1835.*⁵⁷

⁵⁵ Questão de princípios. A REFORMA. Porto Alegre. 26 de julho de 1892.

⁵⁶ Com o retorno de Júlio de Castilhos ao poder, as perseguições aos adversários políticos aumentaram. A posse foi em 25 de janeiro de 1893 e o início da Revolução Federalista ocorreu em 2 de fevereiro de 1893, quando um bando federalista cruzou a fronteira uruguaia em direção à Bagé. Apesar dos freqüentes empastelamentos do jornal *A Reforma*, bem como de outros jornais oposicionistas, as denúncias de perseguições, prisões e assassinatos eram cada vez maiores. Ao mesmo tempo que aumentavam as críticas ao comtismo, à defesa do parlamentarismo e do direito à revolução era cada vez mais apaixonada.

⁵⁷ Hymno Revolucionário. A REFORMA. Porto Alegre. 24 de fevereiro de 1892.

Enquanto Júlio de Castilhos fazia referências à Revolução Francesa, proclamando a Constituição Estadual no dia 14 de julho de 1891, quando a Constituição Francesa comemorava seu centenário, os federalistas buscavam na tradição regional elementos de ligação. Nada melhor do que tocar o coração e a mente de seus partidários utilizando-se da música. Mais propriamente através de um hino, onde os acordes remetiam ao antigo hino republicano, elaborado pelos “*revolucionários*” de 1835.

Além da música, algumas datas também eram utilizadas como momentos de reflexão e discussão política. Em 20 de setembro de 1835, os rio-grandenses ergueram-se contra a tirania de um governo opressor. Ergueram-se em defesa de sua liberdade. Era esse o discurso vinculado pelos liberais federalistas nas edições comemorativas do 20 de setembro. Como essa data era especial, a impressão gráfica da edição deveria sobressair-se das demais edições do jornal, como já nos referimos anteriormente. Nesta edição comemorativa, o jornal publicou o seguinte poema, intitulado ‘*Homenagem a Bento Gonçalves*’:

*Destes outrora exemplos de civismo
Que podem-se imitar, nunca excede-los,
Exemplos que perduram, são eternos,
Porque trazem em si eternos selos.*

*O’ como és imortal, Bento Gonçalves,
Não morreste, não morrem altos feitos,
E ainda que se perdesse a liberdade,
Viverias do Sul em nobres peitos.*

*Vives e viverás tua memória
E’ mais que o farilhão dos oceanos,
Este a vaga corroí, batendo sempre,
E’s gladio sempre á face dos tiranos.*

*Bento Gonçalves tu fizeste um povo,
E nossas glórias são as glórias tuas;
Se temos tradições, a ti devemos,*

*Sempre contra opressões nos tumultuas.*⁵⁸

Bento Gonçalves, líder da Revolução Farroupilha, pode não ter as características para ser um herói republicano nacional, como nos fala José Murilo de Carvalho⁵⁹, mas, no seu estado natal, foi heroificado e serviu de referência tanto para os federalistas como para os republicanos históricos. Com a Proclamação da República, a antiga colônia D. Isabel foi rebatizada, passando a chamar-se Bento Gonçalves. Já os federalistas faziam questão de colocarem-se como os verdadeiros herdeiros dos rebeldes farrapos, principalmente a partir do momento em que precisaram legitimar sua oposição ao governo. Tanto o poema em homenagem a Bento Gonçalves como o que segue faziam parte de um conjunto de 42 poemas publicados durante os meses de setembro e outubro de 1892, sob o título geral de *'Lyra Patriótica'*. Apesar de muitos dos poemas serem da autoria de Apolinário Porto Alegre, alguns eram anônimos, provavelmente de leitores que desejavam expressar suas opiniões sobre o governo. Segundo o autor, os leitores do jornal não deveriam procurar nos poemas “obra de arte, mas sim o brado patriótico de uma alma indignada contra o Dr. Julio de Castilhos e seus asseclas.”⁶⁰

*“Heróis de trinta e cinco, os vossos gloriosos feitos
Agitam, agitam ainda os corações nos peitos..
Deixastes uma herança – sublimes tradições –
Para ser guardada nos puros corações
Dos bravos que idolatram a deusa – liberdade –
E levantam altares à honra e à lealdade...”*⁶¹

Os federalistas eram motivados pelas mais “*sublimes tradições*”, pelo

⁵⁸ Vinte de Setembro. A REFORMA. Porto Alegre. 20 de setembro de 1892.

⁵⁹ “O fato talvez deva-se a posição peculiar do Rio Grande do Sul no cenário brasileiro e à suspeita de separatismo dirigida à revolta farroupilha. Faltava aos heróis gaúchos a característica nacional, indispensável à imagem de um herói republicano.” CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas. Op. Cit. p. 67

⁶⁰ Nota do Autor. A REFORMA. Porto Alegre. 10 de setembro de 1892.

⁶¹ 20 de setembro. Autoria de S. Bueno. A REFORMA. Porto Alegre. 23 de setembro de 1892.

legado dos farrapos que, mesmo após tantos anos, ainda agitavam os corações “*dos bravos que idolatram a deusa liberdade*”, que levantavam seu altar “*à honra e à lealdade*”. Os federalistas adoravam a deusa da liberdade e não a “*deusa do barrete encarnado*”, cujo “*barrete só serve para saco de ocultar o alheio e a cor dele é o sangue dos degolados por vingança.*”⁶² Eram duas deusas que estavam em disputa, a deusa que representava a liberdade e a deusa que representava a república. Uma motivava sentimentos puros, de lealdade, de honra por parte de seus seguidores, enquanto a outra representava o sangue dos inocentes que foram sacrificados, dos que foram roubados pelos republicanos. Esta releitura da simbologia do barrete, feita por um autor anônimo, sugere outra interpretação de um dos símbolos republicanos. O barrete vermelho não significa justiça, participação popular, mas injustiça e perseguição aos opositores políticos.

A representação dos castilhistas como ladrões, como saqueadores, como um grupo cujo poder se fortalecia sobre a morte é presente no momento em que esse grupo é representado como “*a feroz hiena*” ou “*o feroz leão*”, dois animais que matam ou que se alimentam de restos, da podridão. Era a luta entre a “*liberdade*” versus a “*tiranía*”, a “*ditadura*”. Novamente podemos perceber o jogo de palavras, através das quais tenta-se criar diferenças e alteridades, a fim de fortalecer o grupo através da criação de identidades, de um sentido de grupo. É este grupo que deve ficar “*em guarda*” porque “*brada a guerra*”. O rio-grandense deve armar seu braço, cobrir “*seu largo peito com armadura de aço*” porque este povo “*nenhum tirano aterra.*”

Nesses discursos, nos quais os liberais federalistas recorriam à revolução

⁶² Cousas da Revolução. A REFORMA. Porto Alegre. 6 de agosto de 1892.

farroupilha ao mesmo tempo em que procuravam criar uma identidade de si, ocorre uma tentativa de construir a imagem do outro como os desvirtuadores das tradições do RS, como nos mostra a seguinte citação:

“Infortunado Rio Grande do Sul! A que extremos te conduziram, oh! pátria ilustre farroupilha, os teus ferozes sicários, os algozes implacáveis da tua honra imaculada, do teu nome ilustre, á sombra do qual armaram a sua tenda de guerra os mesmos indivíduos que vos venderam, que vos trocaram pelos trinta dinheiros de Judas Iscariotes!”⁶³

O governo do PRR era representado como Judas Iscariotes, o grande traidor da civilização cristã ocidental. Como ele estava traindo, estava desonrando o passado do estado, um passado de heroísmos e de lutas pelos quais muitos farrapos haviam morrido, em troca do apoio do governo de Floriano Peixoto. O PRR, a fim de conquistar o poder absoluto, maculara a honra da Pátria Farroupilha. Para os federalistas honra era, neste contexto político, não se submeter ao governo central, era lutar por uma situação privilegiada dentro da República que estava se consolidando, a fim de não se tornar um estado periférico em relação aos estados do sudeste brasileiro.

Percebe-se uma tentativa, tanto por parte dos republicanos como por parte dos federalistas, de construir a memória da Revolução Farroupilha, ressaltando os aspectos que mais lhes interessavam no momento. A memória, como a história, uma vez que são construídos a partir dos vestígios humanos, não pode ser considerada como a manifestação integral do passado. Georges Duby e Guy Lardreau as consideram seletivas, uma vez que “a história foi sempre fabricada para reforçar um poder, para apoiar uma reivindicação” enquanto que “há sempre manipulação da memória, em função, é claro de

⁶³ Basta de martírios! A REFORMA. Porto Alegre. 25 de agosto de 1892.

interesses.”⁶⁴ Com base nessas discussões sobre a memória e a história podemos dizer que salientou-se uma determinada visão da Revolução Farroupilha que melhor interessava aos federalistas no contexto político da época.

1.2. A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

A Revolução Farroupilha, tema das disputas simbólicas referidas, ocorreu entre 1835 e 1845, pouco mais de 50 anos antes da Proclamação da República. Durante esse período, os grandes estancieiros da campanha conseguiram monopolizar parte da população do estado numa batalha contra a “tirania e opressão” do governo federal. Segundo as interpretações mais conhecidas, a Revolução Farroupilha foi uma batalha pela defesa dos interesses econômicos de uma parcela da elite rio-grandense - os estancieiros - que pleiteavam junto ao governo federal a defesa do principal produto de exportação do estado - o charque e seus derivados - através de tarifas alfandegárias especiais.

Apesar de possuir características próprias, a Revolução Farroupilha fez parte, segundo Décio Freitas, de uma grande rebelião federalista que levantou várias províncias, exceto o sudeste, contra o centralismo do recém-criado Estado Nacional. A interpretação mais aceita pelos historiadores, segundo Sandra Jatahy Pesavento, é a “de que o conflito representou uma rebelião dos senhores de terra e gado do Rio Grande do

⁶⁴ DUBY, Georges & LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989. p. 73.

Sul contra a dominação que a oligarquia do centro do país, empresária da independência, buscava impor sobre as províncias da jovem monarquia brasileira.”⁶⁵

No entanto, estas são as discussões atuais sobre a Revolução Farroupilha. Da mesma forma que os estancieiros, enquanto um grupo social coeso e consciente de seu poder econômico e político, conseguiu manter durante 10 anos uma rebelião contra o governo central, e mais do que isto, encerrá-la de forma honrosa,⁶⁶ conseguiu também, através da historiografia, exaltar uma determinada visão da Revolução Farroupilha. A visão difundida e aceita no final do século XIX é diversa da interpretação dos historiadores rio-grandenses das duas últimas décadas. Foi essa visão, que rememorava a revolução como uma grande campanha popular e que exaltava a bravura e os feitos heróicos de seus líderes, que se difundiu, com a ajuda da literatura, da história e dos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs), mantendo-se até hoje entre grande parte da população do estado.

É através de referências a essa visão heroicizada da Revolução Farroupilha, colocando-se como descendentes e herdeiros de seus ideais, que os federalistas tentaram legitimar a Revolução Federalista e, por sua vez, a Revolução Farroupilha. O RS do final do século XIX era muito diverso do RS do período regencial. Contudo, apesar das mudanças, o grupo social que se insurgia contra o governo estadual era o mesmo. A base social dos federalistas era a região da campanha. A maior parte dos chefes militares eram grandes estancieiros. Os municípios onde os liberais federalistas possuíam maior apoio eram Bagé e Alegrete, localizadas na fronteira com o Uruguai,

⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatay. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 6.

⁶⁶ Ver FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, pp. 86-88.

sendo estas cidades as maiores da região da Campanha. Essa região também era identificada pelas suas características geográficas,⁶⁷ características essas que são lembradas nos discursos como forma de referendar uma determinada postura frente ao governo, como se o estado, por seu passado, fosse um exemplo a ser seguido por todos os que lutam contra a tirania, seja ela do governo local ou do governo nacional.

“Ao povo Rio-grandense – Quando a 4 de Novembro a incompetência e a perversão moral dos agentes do poder público, apunhalavam a República e desonravam a Pátria, despojando os brasileiros de suas mais caras liberdades e instituindo um poder tirânico e aviltante, as consciências dos patriotas revoltados voltavam-se para as heróicas terras do Sul e iam beber nas suas gloriosas tradições de independência e civismo, o animo para resistirem ao jugo humilhante e a esperança de que lá viria a força para repeli-lo e abate-lo... Veio, pois, mais uma vez das coxilhas do Sul um estímulo, um exemplo, um amparo para as liberdades postergadas, uma afirmação soleníssima da independência, um atestado eloquente de que no grão de adiantamento moral em que felizmente nos achamos, a força nada pode fora da lei...”⁶⁸

Essa fala de Assis Brasil, dissidente republicano⁶⁹ e deputado da bancada do RS na Assembléia Constituinte Nacional, publicada pelo jornal *A Reforma*, mostra a importância dada às tradições. Essas tradições são reforçadas neste momento de instabilidade e de disputa entre vários grupos políticos a fim de implantar o seu projeto político. Contudo, esse discurso não surge do nada; ele é referendado por um passado

⁶⁷ A campanha é uma região constituída basicamente por colinas suavemente onduladas - conhecidas por coxilhas - cobertas por vegetação rasteira que servia para a alimentação do gado.

⁶⁸ Mensagem de Assis Brasil. Telegramas. A REFORMA. Porto Alegre. 11 de janeiro de 1892.

⁶⁹ A dissidência republicana era formada pelos antigos membros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Os motivos que os levaram a sair do partido foram o autoritarismo de Júlio de Castilhos, seu apoio à eleição de Deodoro da Fonseca para presidente (24 de fevereiro de 1891) e a Constituição Rio-grandense de 1891, também conhecida como Constituição Castilhista. Essa constituição, influenciada pelos princípios da filosofia de Augusto Comte, levou à muitas discussões por parte dos adversários políticos e mesmo de alguns correligionários do partido, acarretando dissidências. Os dissidentes organizaram-se no Partido Republicano Federal.

histórico. A antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul surgiu devido às disputas entre os impérios coloniais espanhol e português. A ocupação do estado deu-se pela expulsão gradativa dos descendentes de espanhóis e pelo extermínio dos índios. Desenvolveu-se uma sociedade com características militaristas. No séc. XIX, as constantes disputas entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (antigo Vice Reinado do Rio da Prata) aumentaram o poder dos grandes estancieiros, que eram os encarregados de requisitar e manter os grandes contingentes militares do estado, na sua grande maioria peões de estância.

Nessa mensagem, acima referida, Assis Brasil⁷⁰ reforça um determinado passado no momento em que se utiliza dele para incentivar o estado, a população e seus políticos, a erguerem-se contra a atitude de Deodoro da Fonseca de fechar o Congresso Nacional. É o estado do Rio Grande do Sul que deve dar o exemplo. Exemplo de independência, de desenvolvimento político, de respeito às instituições legais, não aceitando a ditadura e a tirania do governo federal. Esses discursos, nos quais o RS é colocado como o paladino da independência, como a comissão de frente na luta contra a tirania e pela defesa da liberdade, são utilizados pelos próprios rio-grandenses, principalmente por seus representantes políticos. Reforça-se, através desses discursos, que o estado, leia-se uma parcela da população do estado, tinha uma função clara no momento em que o novo regime político estava se organizando. Era importante para o estado a defesa de leis em que esse, como província periférica, garantisse uma legislação

⁷⁰ Joaquim Francisco Assis Brasil foi um dos fundadores do PRR, juntamente com seu colega de faculdade e cunhado Júlio de Castilhos. Foi deputado da bancada do RS na primeira Assembléia Constituinte do país. Após seu afastamento do PRR foi um dos governadores do estado quando Júlio de Castilhos teve que renunciar ao cargo. Durante a Revolução Federalista esteve afastado do país cumprindo suas funções de diplomata. Retorna ao RS na primeira década deste século e torna-se uma das principais lideranças oposicionistas ao governo de Borges de Medeiros.

que o privilegiasse. Esse era o interesse tanto dos membros do PRR como dos liberais federalistas, uma vez que, apesar de serem opositores políticos, pertenciam ao mesmo grupo social. Por isso a acirrada defesa do federalismo por parte da bancada do RS, liderados por Júlio de Castilhos, na Assembléia Constituinte Nacional. É necessário salientar que, apesar de se denominarem federalistas, seus opositores, os membros do PRR, também defendiam o federalismo do estado em relação ao governo central. Para Sérgio da Costa Franco, a denominação de “Partido Federalista” era equívoca, uma vez que os federalistas chegaram a defender maior centralização política. Já os republicanos de Júlio de Castilhos, ao contrário, defenderam na “Constituinte de 1891 um sistema que quase se aproximava do confederativo.”⁷¹

Além da defesa das tradições do RS por parte dos filhos da terra, esse discurso expandiu-se e foi assimilado por outras pessoas além dos rio-grandenses. Em janeiro de 1892 foi organizada, no Hipódromo Nacional do Rio de Janeiro, uma festa em homenagem ao Rio Grande do Sul. Nesta ocasião foi recitado um poema, de autoria de João de Tapitanga, extremamente laudatório das heranças deixadas pelos rio-grandenses.

Ao Rio Grande do Sul

*Pátria de Osório! Diante de teus filhos,
Do Brasil, a bandeira se desfralda!
– Terra, onde fulgem os eternos brilhos
Da espada do grande Garibaldi!*

*Povo espartano, que, da Pátria sabe,
Pela vida, manter a integridade!
De nossa glória, este florão te cabe,
Terra do Sul, oh! Sol da liberdade!*

*Hoje, nós, brasileiros, te devemos
O brio, a liberdade, a honra, a gloria!*

⁷¹ FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama Geral da Revolução Federalista. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs.). Pensar a Revolução Federalista. Op. Cit. p.12.

*E's hoje o grande espelho, em que nos vemos
Nas páginas da tua heróica história!*

*Quando o Brasil iniciava os passos
Da nova Era, na gentil manhã,
Tu foste o povo, que estendeu os braços
A' filha leal de Benjamin Constant!*

*Bento Gonçalves, de imortal memória,
Vendo-te assim de lá, da eternidade,
Há de bradar: “– sôou minha vitória!”
– Terra do sul, oh! Sol da liberdade.*

*Terra do Sul, das regiões imensas
A Pátria inteira te contempla o brilho!
E eu tenho orgulho que ao Brasil pertencas;
Mas tenho inveja, por não ser teu filho!*

*E tu, oh! povo, cuja glória expande
O entusiasmo que nos arrebatá!
Tu há de ser eternamente grande,
Como é imensa a Vastidão do Prata!⁷²*

Este poema é uma ode aos grandes heróis que o RS deixou para a posterioridade. Lembra desde Garibaldi e Bento Gonçalves, chefes militares farroupilhas, até o Marechal Osório, comandante na Guerra do Paraguai. O RS deixou de ser a província rebelde para tornar-se uma fonte, na qual brota “o brio, a liberdade, a honra e a glória.” É no seu “povo espartano” e na sua história de heroísmos que o Brasil deve se espelhar a fim de manter o brilho do “Sol da liberdade.” A liberdade, justificativa maior dos federalistas, está sendo comparada com o astro-rei. Liberdade que, como o sol, é uma luz que ilumina, que torna tudo claro, transparente. Eram tantos os motivos de orgulho que o autor do poema sentia inveja por não ser filho dessa terra abençoada pelo falecido Bento Gonçalves, que da eternidade dizia “sôou minha vitória!”

⁷² Ao Rio Grande do Sul. Autoria de João de Tapitanga. A REFORMA. Porto Alegre. 15 de janeiro de 1892.

Esses discursos difundiram-se em um momento específico, quando foi necessário, por parte dos federalistas, persuadir e referendar a necessidade de uma guerra civil, uma vez que foram os interesses desse grupo um dos motivos que levou o estado à essa guerra. Podemos concluir que as representações simbólicas não são utilizadas somente pelos grupos como forma de se legitimar no poder, mas também foram usadas com o objetivo de criar identidades, de legitimar as tentativas da oposição que tinha como meta retornar ao poder.

O que podemos perceber é que os federalistas utilizam-se da Revolução Farroupilha somente no período de fermentação da Revolução Federalista. Não foi possível analisar essa utilização durante o período de 1893-1895 devido à falta de fontes, uma vez que os jornais declaradamente oposicionistas ao governo de Júlio de Castilhos foram fechados após a declaração do estado de sítio, em setembro de 1893.

Nos anos posteriores, com a “pacificação”⁷³ do estado, os jornais voltaram a circular normalmente. No entanto, a data do início da Revolução Farroupilha, 20 de setembro, não recebeu mais números especiais. Somente foram publicados alguns artigos falando sobre a revolução ou de festas e homenagens aos farrapos e seus líderes, como a inauguração da estátua de Bento Gonçalves em uma das praças de Rio Grande em 1909.

Apesar das referências continuarem ocorrendo, essas não podem ser comparadas àquelas que foram feitas no ano anterior ao início da Revolução Federalista. Mesmo Wenceslau Escobar, redator do jornal *A Reforma* no ano de 1892 - provavelmente um dos autores dos discursos cujos fragmentos foram citados neste capítulo - em suas

⁷³ O período posterior a Revolução Federalista e que se estende até a Revolução de 1923 é conhecido como *paz de cemitério*. O domínio republicano castilhista-borgista foi mantido através de métodos autoritários, de violências constantes, de fraudes eleitorais, da exclusão das oposições e da divisão da sociedade em dois grupos: os vencedores e os vencidos.

memórias sobre a Revolução Federalista, publicada em 1919, não fala em nenhum momento serem os federalistas os herdeiros dos “*ideais farrapos.*”

O que podemos concluir é que essas construções simbólicas, onde se impõe o retorno à memória de um passado heróico e de glórias a fim de reforçar determinadas tradições são mais utilizadas ou estão mais presentes nos momentos de crise, de instabilidade política, como foi o período da implantação da República no Rio Grande do Sul.

2. OS GAÚCHOS: “DEFENSORES DAS TRADIÇÕES E DA PÁTRIA OPRIMIDA”

Atualmente, um século após a Proclamação da República e um século e meio após o início da Revolução Farroupilha, as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul são identificadas pelo nome gaúcho. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, existe um estereótipo sobre o gaúcho e sobre a região sulina que é aceito e identificado por qualquer pessoa. Este estereótipo “se traduz em imagens mentais e objetais, em personagens-símbolos, em ritos, crenças, valores, práticas sociais e manifestações artísticas”⁷⁴ que são inerentes a todos os nascidos no estado. Força, nobreza, honradez, valentia, patriotismo, são alguns dos qualificativos que caracterizam a figura do gaúcho. O objetivo deste capítulo é historicizar o termo gaúcho, seus múltiplos significados, bem como a utilização dessas imagens pelos federalistas durante a campanha de oposição ao governo republicano do PRR. Mais especificamente, o que se pretende é discutir o processo de heroificação e valorização da figura do gaúcho e, sobretudo, o modo como esta figura foi apropriada pelos federalistas durante a campanha em oposição ao governo de Júlio de Castilhos.

A escolha das palavras, a forma como são agrupadas em frases e proferidas pelas pessoas, seja em conversações ou em discursos políticos, não é feita de

⁷⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Invenção da Sociedade Gaúcha*. Cópia xerográfica. p. 1.

forma aleatória. Possui um significado, um objetivo que deve ser alcançado, uma impressão que o locutor/redator quer deixar entre os ouvintes/leitores. Por isso, a preocupação na escolha das palavras certas, uma vez que estas materializam representações, criam identidades e induzem ações, que podem ser coletivas ou individuais. Enquanto algumas palavras possuem um significado preciso, outras, por sua vez, possuem uma carga maior de significados, sendo estes conferidos em determinados períodos históricos. Segundo Antoine Prost “as maneiras de falar não são inocentes. Para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade, denominando-a. Traem os preconceitos e os tabus por seus estereótipos ou silêncios.”⁷⁵

As primeiras representações enaltecidas do gaúcho, matrizes do estereótipo antes referido, constituíram-se a partir de meados do século XIX no interior do movimento do romantismo. A valorização do regional, das singularidades de cada parte integrante da nação brasileira foram realçadas por este movimento. No RS, o romantismo, e de modo especial o regionalismo, expressou-se através da Sociedade Partenon Literário de Porto Alegre.

2.1. PARTENON LITERÁRIO

Apolinário Porto Alegre - redator d'*A Reforma* e o principal responsável pela difusão das imagens sobre o gaúcho publicadas nesse jornal - fundou, junto com

⁷⁵ PROST, Antoine. As Palavras. In: REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV. 1996. p. 312.

Caldre e Fião, a Sociedade Partenon Literário de Porto Alegre, que durou de 1868 até 1885, sendo responsável pela publicação da revista *Arcádia*. Essa sociedade, além de literária, era também filantrópica e social. Discutia diversos assuntos, como a abolição da escravatura e a educação de adultos. Durante seu período de atividades, o Partenon Literário desempenhou um importante papel na vida cultural de Porto Alegre e também do interior da Província, uma vez que possuía associados em outras cidades além da capital. Contrariando o padrão do artista boêmio sem preocupações do romantismo, os integrantes desse grupo debatiam, nas páginas da revista, assuntos de relevância social. Segundo a Professora Regina Zilberman, uma das particularidades deste grupo poético era seu comprometimento político, seja ele de cunho liberal ou republicano.⁷⁶

Dentre os vários artistas e literatos que participaram do Partenon Literário, além de Apolinário Porto Alegre, salienta-se alguns dos mais conhecidos como Caldre e Fião, Aquiles Porto Alegre, Bernardo Taveira Júnior, Múcio Teixeira, Hilário Ribeiro e Luciana de Abreu. Além desses, que realmente deixaram trabalhos literários significativos, muitos outros nomes integraram o grupo, que tinha como princípio desenvolver as atividades literárias e o convívio político e social. Alguns desses participantes ficaram conhecidos mais por sua atuação política do que por seus talentos literários, como por exemplo, Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil.⁷⁷

A importância do grupo é devido, principalmente, ao fato de ter valorizado a temática regional como assunto literário do que propriamente pelo padrão estético de

⁷⁶ ZILBERMAN, Regina. *O Partenon Literário: Literatura e Discurso Político*. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo e BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa - Antologia*. Porto Alegre: EST/ICP, 1980. pp. 33-34.

⁷⁷ Esta informação encontra-se em DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987. p. 35.

seus trabalhos. Esse movimento foi pioneiro na utilização das particularidades regionais, sejam elas linguísticas ou geográficas.

Tanto nas poesias como nas prosas de ficção, ocorre a ascensão dos tipos regionais e do passado do RS como material de inspiração de nossos artistas. Assim, o índio passa a ser exaltado como matriz do campeiro e a Revolução Farroupilha a ser valorizada como um marco da história local.

O indianismo dos membros do Partenon Literário não possui importância por ser um movimento inovador, o que na realidade não o foi, mas por ter sido a matriz de uma outra figura literária, o gaúcho, propiciando que o movimento regionalista rio-grandense fosse pioneiro entre os regionalismos nacionais. É através da associação do gaúcho como descendente da miscigenação entre índios e ibéricos que gerou os rio-grandenses como uma raça de homens livres. O regionalismo, assim politizado, liga-se ao propósito de valorizar o estado e de defender seus interesses em relação ao centro de poder do qual era mantido alijado.⁷⁸ Segundo Regina Zilberman, o regionalismo estava envolvido com a ideologia que estava no poder uma vez que tinha como objetivo valorizar e glorificar um herói - o gaúcho - que congregava características regionais como uma maneira de contrapor-se ao fato do estado estar excluído dos espaços de decisão a

⁷⁸ Sobre as características do grupo Partenon Literário foram consultadas as seguintes obras: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo e BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **O Partenon Literário: Poesia e Prosa - Antologia**. Porto Alegre: EST/ICP, 1980; ZILBERMAN, Regina. **A Literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; DILLENBURG, Sergio Roberto. **A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987; FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa Literária de Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: URGs, 1975; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **Literatura e crítica na Imprensa do Rio Grande do Sul. 1868-1880**. Porto Alegre: EST, 1982.

nível nacional.⁷⁹ Constróem-se, deste modo, espaços de valorização do regional em contraposição ao poder central.

Uma das características que nos interessa, em relação ao Partenon Literário, é seu comprometimento político. Entre seus membros estão desde republicanos históricos até liberais, muitos dos quais, além de terem produzido obras literárias, escreveram também obras históricas, como a de Joaquim Francisco Assis Brasil, intitulada *'História da República Rio-Grandense'*, publicada em 1882. Assis Brasil escreveu a pedido do Clube Vinte de Setembro, que a publicou como comemoração do 47º aniversário da *"imortal revolução do Rio Grande do Sul."*⁸⁰ Os membros desse clube eram estudantes de direito, os mesmos que fundaram o Partido Republicano Rio-grandense. Muito antes dos federalistas, os republicanos colocaram-se como os herdeiros dos farroupilhas, passando a positivar a Revolução Farroupilha.

Outro membro da sociedade que escreveu uma obra história foi Múcio Teixeira, que publicou, em 1893, *'A Revolução do Rio Grande do Sul. Suas causas e seus efeitos'*. A obra versa sobre a Proclamação da República, a propaganda republicana e o papel de Júlio de Castilhos. No entanto, o que nos interessa é como ele descreve o gaúcho:

"O tipo mais característico dos oriundos desta formosa e hospitaleira terra do sul é o Gaúcho dos Pampas (...) nas épocas festivas, nos dias de natalícios, batizados e núpcias, ou quando a bandeira do divino é desfraldada à porta do rancho do Gaúcho, o homem laborioso desaparece, sendo substituído pelo folião (...). Se o estrangeiro ousa insultar o pavilhão nacional, então é que ele se mostra de uma heroicidade selvagem (...) é para se dizer ao povo que já se

⁷⁹ ZILBERMAN, Regina. O Partenon Literário: Literatura e Discurso Político. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo e BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O Partenon Literário: Poesia e Prosa - Antologia. Op. Cit. p. 38.

⁸⁰ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-grandense*. São Paulo: s.ed.,1882. Ver dedicatória.

pode escrever na história mais um nome como estes: Bento Gonçalves, Netto, David Canabarro, Andrade Neves, Menna Barreto, Conde de Porto Alegre, Osório!”⁸¹

Salienta-se a imagem do gaúcho laborioso, trabalhador, mas que, ao mesmo tempo, é um folião que gosta de festejar as datas importantes, principalmente as festas religiosas. É um patriota que luta em defesa de sua terra quando esta é insultada pelos estrangeiros. O que se percebe é a valorização do gaúcho como um homem laborioso, festeiro, religioso e defensor da pátria. Exalta-se, no entanto, não qualquer homem, mas o rio-grandense detentor de terras, como Bento Gonçalves, e de altas patentes do exército, como Osório. Múcio Teixeira foi membro do PRR e sua exaltação ao gaúcho diferencia-se dos demais no momento em que em que ressalta sua religiosidade, juntamente com o aspecto laborioso e festeiro.

O processo de construção do gaúcho, que passa de pária, de ladrão de gado a mito regional, inicia-se na segunda metade do século XIX e consolida-se no início do século XX. Em 1877, na obra *‘Os Farrapos’*, de Oliveira Belo, o gaúcho aparece pela primeira vez como símbolo rio-grandense, igualando-se ao bom campeiro e ao monarca das coxilhas.

Anteriormente, nas obras de Apolinário Porto Alegre e César de Lacerda, respectivamente *‘O Vaqueano’* e *‘O Monarca das Coxilhas’*, houve a valorização do monarca das coxilhas e do bom campeiro como símbolos da liberdade, bravura e honra, ao mesmo tempo em que, na última, o termo gaúcho é usado para designar os blancos, vizinhos castelhanos que invadiam o território brasileiro. Nessa peça teatral, encenada em 1867, gaúcho ainda é considerado pejorativo. Sua valorização, como portador de uma

⁸¹ TEIXEIRA, Múcio. *A Revolução do Rio Grande do Sul. Suas causas e seus efeitos*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio. 1893. pp. 36-40.

natureza livre, honrada, defensor da Pátria e destemido desenvolveu-se juntamente com a campanha republicana no RS. Como foi dito anteriormente, o Partenon Literário teve um importante papel em campanhas a favor da abolição da escravatura e contra a monarquia. Devido ao fato de muitos dos membros desse grupo serem adeptos da república, algumas obras exaltavam o gaúcho, associando-o aos ideais da epopéia farroupilha, onde o culto aos heróis farrapos é homogeneizado como modelo de unidade moral e de uma raça.⁸²

Analisando a trajetória dessas obras, percebe-se o processo construtivo pelo qual passou o gaúcho. Seu trabalho, sua vida e seu espaço geográfico foi heroicizado e mitificado. A partir da leitura de textos de Euclides da Cunha, Jorge Salis Goulart, Vargas Neto e Severino Sá Brito, Décio Freitas faz uma análise de como a vida miserável do gaúcho foi poetizada pela literatura e pelo folclore. O gaúcho, de errante, que andava de estância em estância, em busca de trabalho, transforma-se em vagabundo, que tinha horror ao trabalho. Seu espírito de independência e liberdade o tornava contrário aos compromissos familiares, quando na verdade não tinha condições de sustentar uma família. Era um solitário que buscava no jogo, na cordeona e no álcool uma distração para suas horas vagas. Décio Freitas conclui dizendo que o “gaúcho não era um folgazão, como se apregoa - era um desgraçado, um pobre diabo, sem eira nem beira.”⁸³

⁸² ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do Gaúcho: História e Mitificação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1985. p. 22.

⁸³ FREITAS, Décio. O Gaúcho: o mito da “produção sem trabalho” In: *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 9.

2.2. O GAÚCHO NO DISCURSO FEDERALISTA

Nas leituras dos discursos federalistas, no período de 1889 a 1896, chamou-nos a atenção a utilização paralela dos termos “rio-grandense” e “gaúcho”, embora rio-grandense tenha sido utilizado com muito mais frequência do que gaúcho. Ambos os termos são usados para denominar os nascidos no estado. Contudo, gaúcho também é utilizado para denominar os homens que estão ligados às lidas campeiras. O que os diferencia não é a maior ou menor frequência com que os vocábulos são utilizados, mas a forma e o momento em que são utilizados. Gaúcho passa a ser utilizado com mais frequência como uma forma de motivar os rio-grandenses a contestarem a atual situação política na qual encontravam-se o estado e o país, como nos mostra a seguinte citação.

“A simples lembrança de que esta heróica terra tornar-se-ia passiva dos caprichos do centro, provocava nobilíssimas apreensões a ambos esses partidos... Eis aí os principais traços da fé d’officio do Castilhismo prosa, desse agrupamento sinistro que tem infelicitado a terra dos nossos maiores, a terra gaúcha e ilustre de Bento Gonçalves, Netto, Canabarro e muitos outros varões ilustres.”⁸⁴

A palavra “gaúcha” apresenta-se, juntamente com “ilustre”, como um adjetivo ao substantivo “terra”. Não era qualquer terra, era uma terra heróica, na qual haviam nascidos pessoas que haviam lutado contra a submissão da mesma aos “caprichos do centro”, como queriam os castilhistas.

O que chama a atenção não é o significado, mas o contexto político e

⁸⁴ Folha corrida do castilhismo. A REFORMA. Porto Alegre. 22 de agosto de 1892.

social no qual este vocábulo passa a ser usado pelos federalistas. O período quando o termo - gaúcho - passa a ser utilizado com mais frequência é o ano de 1892, mais especificamente o segundo semestre. Este período, como vimos, é marcado pela instabilidade política e também pela exclusão dos federalistas do “governicho” a nível estadual, após o retorno do PRR, e a nível nacional, uma vez que o governo é ocupado por Floriano Peixoto, que apoia Júlio de Castilhos.

No que se refere à forma de apresentação, a estratégia editorial mais utilizada para atrair os leitores era a poesia. Isto não quer dizer que não fosse empregada a forma mais comum de escrever artigos políticos que eram publicados na folha de rosto do jornal, abrindo a edição do dia. Como foi colocado anteriormente, nos meses de setembro e outubro de 1892, o jornal *A Reforma* publicou um conjunto de poemas intitulado *‘Lyra Patriótica’*. Nesses poemas, publicados quase que diariamente, seus autores teciam críticas ao positivismo, a Júlio de Castilhos e seus partidários e ao governo de Floriano Peixoto. Concomitantemente, salientavam seu amor à liberdade e aos ideais farroupilhas, dos quais eram os verdadeiros herdeiros, sua defesa da república parlamentarista, ao mesmo tempo em que aproveitavam para insuflar seus partidários à revolução, sendo esta o último recurso na defesa de seus ideais, como nos mostra o poema abaixo:

LYRA PATRIOTICA

***HYMNO DE GUERRA
(Aos gaúchos rio-grandenses)***

***Coro: Abaixo os tiranos
Abaixo a traição!
Rasguemos, gaúchos
A negra opressão!***

*As armas guerreiros, que a Pátria oprimida
Ao jugo nefasto dos vis ditadores
Vos pede num brado de angustia suprema,
Vingança – gaúchos, abaixo os traidores!*

Abaixo, etc., etc.

*Mostremos ao mundo que somos ainda
Os filhos diletos dos antigos heróis,
Que ao sol da revolta soltaram mil brados,
E vivem na história quais fulgidos sois!*

Abaixo, etc., etc.

*Gaúchos alerta! Escutai o grito,
O grito de guerra que corre veloz!
Livremos a Pátria das garras do abutre,
Salvemos a herança de nossos avós!*

Abaixo etc., etc.

*Que perca-se tudo, mas salve-se a honra,
O único adorno de nossos brasões,
Avante gaúchos, livremos a Pátria!
Quebrems o jugo de vis opressões!*

Abaixo etc., etc.

*Nascemos nas vastas, extensas campinas
Oh! não nos assusta troar o canhão,
Enquanto os bandidos pisarem a Pátria
Tenhamos seguras as armas da mão!⁸⁵*

A estratégia editorial do jornal de utilizar poemas para difundir e incitar a participação da população numa disputa política nos faz indagar sobre o público leitor dos jornais à época. Considerando os altos índices de analfabetismo do final do século XIX e o bipartidarismo político no estado, o que significava que partidários do PRR provavelmente não comprariam um jornal do partido opositor, o número de leitores d'*A Reforma* era insignificante em relação ao número de habitantes do estado, mesmo

⁸⁵ Lyra Patriótica. A REFORMA. Porto Alegre. 21 de setembro de 1892.

para uma “época em que as populações citadinas liam jornais com a mesma avidez dos telespectadores dos dias de hoje.”⁸⁶

Isso pode explicar, em parte, a utilização de poemas de conteúdo político, uma vez que a mudança nas formas de um texto, ao mesmo tempo que “autoriza recepções inéditas, cria também novos públicos e novos usos.”⁸⁷

O momento histórico é de instabilidade, de disputa entre os grupos políticos do estado. O título do poema nos mostra que o RS encontra-se em face de uma guerra. Uma guerra em defesa do patriotismo. Este hino foi direcionado aos “*gaúchos rio-grandenses*”. A utilização dessas duas palavras juntas significa que gaúcho não se refere ainda a todos os que nasceram no estado? Se não, a quem se refere? Aos peões de estância que durante as inúmeras guerras que foram travadas no RS eram utilizados como soldados? Neste caso, esses peões/soldados tinham acesso ao jornal *A Reforma*? É sabido que este jornal tinha circulação por todo o estado, mas também é de conhecimento geral que a maioria desses peões não eram alfabetizados. Segundo Ângelo Dourado muitos dos soldados eram peões que lutaram devido à lealdade prestada aos patrões, ou então, motivados por vinganças pessoais.⁸⁸

O poema, citado anteriormente, é formado de versos separados por um estribilho que se repete, denominado “coro”. O fato de haver trechos que deveriam ser repetidos por várias vozes, mais a denominação de hino para o poema, leva-nos a deduzir que esse deveria ser cantado e não somente recitado. A utilização do termo “*Rasguemos*,

⁸⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre na Guerra Civil: o “combate” dos cafés. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Editor Susana Gastal. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, Cadernos Porto & Vírgula, 1993, p. 67.

⁸⁷ CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. Op. Cit. p. 186.

⁸⁸ Estas eram as opiniões defendidas por Ângelo Dourado em suas memórias, intitulada *Voluntários do Martírio*. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

gaúchos/ A negra opressão!” é uma referência à Constituição Rio-grandense de 14 de julho de 1891, conhecida também como Constituição Castilhistas. Como foi colocado anteriormente, essa constituição, apesar de ter sido votada pela Assembléia Estadual, foi na realidade redigida majoritariamente por Júlio de Castilhos, possuindo fortes influências dos postulados positivistas.

O fato de terem nascidos em “*vastas, extensas campinas*” parece explicar o amor devotado pelos gaúchos à liberdade. O meio geográfico - a Campanha - e a ascendência - indígena - foi para muitos historiadores a explicação para a formação social, psicológica e histórica do gaúcho e do estado do RS. Esse fragmento discursivo nos remete ao estudo de Lilia Moritz Schwarcz sobre as doutrinas raciais do século XIX que influenciaram a produção intelectual no país. Percebe-se aqui a influência da ‘escola determinista geográfica’, cujos maiores representantes, Ratzel e Buckle, “advogavam a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio.”⁸⁹ A geografia diferenciada do RS em relação ao resto do país e sua história caracterizada por lutas de fronteira levou a constituição de “*homens livres, bravos que não dobram-se humildes como escravos.*”⁹⁰

Os gaúchos são os bravos guerreiros dos quais necessita a pátria oprimida, a fim de tornar-se novamente livre. Não é um grupo político - os federalistas - mas uma instituição abstrata - a pátria - que pede, angustiada, a “*vingança*”. Esta é a oportunidade dos “*filhos diletos de antigos heróis*” livrarem a república das garras dos abutres.⁹¹ A

⁸⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 58.

⁹⁰ Lyra Patriótica. Apolinário Porto Alegre. A REFORMA. Porto Alegre. 11 de outubro de 1892.

⁹¹ Os castilhistas eram representados como aves de rapina, sarcófagos, que comem a carne dos animais mortos e são os responsáveis pela desonra da herança deixada pelos nossos avós - os farroupilhas.

utilização da noção de “*pátria*” nos remete a percepção que os federalistas tinham de si, enquanto rio-grandenses, isto é, distintos do restante do país, e da maneira como estavam inseridos na unidade nacional. A singularidade dos rio-grandenses, recorrente nas falas federalistas, provinha de sua formação histórica e da especificidade da ocupação do território. A formação geográfica - pampa - e a condição geo-política estratégica - defensor das fronteiras contra os ataques estrangeiros - teria tornado o homem rio-grandense um amante da liberdade e um abnegado patriota, que ora reclamava dignidade e respeito à “*Pátria oprimida*.”

Essas construções difundiram-se no final do século XIX, quando era necessário disseminar uma imagem do RS que fizesse juz ao seu desenvolvimento e às suas pretensões de buscar espaço de decisão dentro da esfera política brasileira. Segundo Lucia Lippi Oliveira, no final do século XIX, com a ajuda das máquinas de comunicações e da educação, os estados nacionais passam a difundir a imagem de uma herança comum, inventando e inculcando tradições a fim de solidificar um sentimento de pertencimento, de identificação a um território ou a um estado.⁹² É a difusão do sentimento de nação ou nacionalismo, que é no entendimento de Benedict Anderson uma “comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana.”⁹³

No entanto, apesar de imaginada, os membros da nação possuem a percepção de sua comunhão. Além disso, pelo fato de ser imaginada como limitada e soberana, induz a idéia de grupo que encontra-se dentro de determinadas fronteiras, mas ao mesmo tempo livre de interferências externas. E, para completar, o fato de ser

⁹² OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Questão Nacional na Primeira República*. In: LORENZO, Helena Carvalho de e COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A Década de 20 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 186.

⁹³ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 14.

imaginada como comunidade leva a uma comunhão entre seus membros, independente de classe, o que faz com que muitas pessoas morram voluntariamente em sua defesa.⁹⁴ Estas considerações se referem aos estados nacionais. No entanto, podem ser úteis para pensarmos o acentuado regionalismo rio-grandense.

O nacionalismo em sua matriz européia nasce em oposição ou a partir de uma comunidade religiosa ou de um reino dinástico. No Brasil surge em oposição ao governo monárquico português. No caso do regionalismo rio-grandense seu fortalecimento era expresso através dos discursos e das produções literárias que reforçavam a imagem do gaúcho em oposição ao restante do país. Essa oposição/diferenciação, necessária a fim de fortalecer o estado dentro da federação que estava reestruturando-se com o advento da República, pode ser percebida em algumas falas da época como por exemplo quando Ângelo Dourado diz que *“não há um rio-grandense que viaje pelo norte que não conheça quanto todos os brasileiros amam os rio-grandenses.”*⁹⁵ Outro exemplo encontra-se no poema escrito e recitado, em homenagem ao estado, no Rio de Janeiro. Em uma de suas estrofes o autor, João de Tapitanga, diz que a *“Terra do Sul, das regiões imensas”* era contemplada por toda a Pátria devido seu brilho, sua glória e seus heróis e que ele *“tinha orgulho que ao Brasil pertences; mas tinha inveja por não ser teu filho.”* Ocorre um deslocamento no que se refere a posição do RS em relação ao resto do Brasil, do qual é separado. A *“terra do sul”* é *“a pátria de Osório”* para quem *“os brasileiros”* devem *“o brio, a liberdade, a honra e a glória.”* É diante desta terra, e de teus filhos que, *“do Brasil a bandeira se*

⁹⁴ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Op. Cit. pp. 14-20.

⁹⁵ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio. Narrativa da Revolução de 1893*. Op. Cit. p. 13.

desfralda!”⁹⁶ A utilização da preposição “do” remete a algo de fora, de outro lugar. Este poema/homenagem, composto por alguém de fora do estado, foi publicado e endossado pelo jornal *A Reforma*, e expressava com surpreendente efeito a grandeza da “*pátria de Osório*”, tão cultivada pelos federalistas. A noção de Pátria, e todo conjunto de sentimentos e valores a ela agregados, continha assim um poderoso apelo de comunhão entre os rio-grandenses.

* * *

No contexto de mudanças políticas, econômicas e sociais pelo qual passava o estado e que acirrou-se após a Proclamação da República, a oposição ao governo constituído, no caso os membros do PF, precisava de alguma forma convencer e motivar a população, principalmente os homens, da necessidade de uma luta. Para isso recorrem à figura do gaúcho como representativa de heroísmo, de bravura e de valentia.

Um exemplo é o “*Hymno dos Gaúchos*” assinado por “*uma rio-grandense*”. Este hino foi escrito em 1893 e publicado no jornal *A Reforma* no dia 23 de setembro de 1896. Sob o título estava escrito “*Imitação da Marselhesa*”, hino revolucionário que motivou os franceses durante a Revolução Francesa.

***Rio-grandenses, eia, bravos!
Vossas lanças aprontai!
Contra quem vos quer escravos
Forte bravo levantai!
A sagrada Liberdade
- Viver livres ou morrer! -
Vos ordena a dignidade.***

Os gaúchos eram os “*bravos*” que deviam se erguer “*contra quem vos quer escravos*” e lutar em nome de sua dignidade a fim de conquistar a “*sagrada*

⁹⁶ Ao Rio Grande do Sul. Autoria de João de Tapitanga. A REFORMA. Porto Alegre. 15 de janeiro de 1892.

liberdade". Era a oposição ditadura/democracia, escravidão/liberdade, sempre muito presente nos discursos federalistas. Essa antinomia entre os federalistas, "*patricios, valentes gaúchos*" e os castilhistas, os "*coveiros das tradições gloriosas e da altivez indômita do povo rio-grandense*"⁹⁷ era muito utilizada a fim de reforçar alteridades, criando, pela exclusão, laços de identidades. Segundo Bronislaw Bazcko, o imaginário social, ao mesmo tempo que é a representação de si, estabelecendo códigos e papéis e designando identidades de uma coletividade, é também uma resposta, da mesma, para seus conflitos, divisões e violências, que podem ser reais ou potenciais.⁹⁸

Os versos eram intermediados por uma estrofe que conclamava os gaúchos a lutarem contra o tirania e a manterem, nem que seja com o próprio sangue, a "*democracia rio-grandense*"

*Eia! Gaúchos, às armas!
Vossas hostes ordenai!
Avante! ...marchai,
E do jugo dos tiranos
Nossa Pátria libertai!*

Não eram interesses particulares que motivavam os gaúchos, era a "*pátria em triste ansiedade*" que pedia ajuda. Era a "*oprimida liberdade*" que clamava, que pedia socorro aos seus "*filhos valorosos*".

*Gaúchos! Por vós só clama
A Pátria em triste ansiedade!
Vosso socorro reclama
A oprimida Liberdade!
Correi, filhos valorosos.
Desta Pátria estremecida,
Como sempre, generosos,
Por ela oferecer a vida!*

⁹⁷ Manifesto dos principais chefes federalistas. In: VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert. 1897.

⁹⁸ BAZCKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Eunadi*. Volume 5. Op. Cit. p. 309.

O gaúcho dos federalistas era um herói verdadeiro, um valente que não fugia frente ao perigo, muito pelo contrário, lutava frente a frente com os inimigos. No entanto, apesar desta luta ser justa, doía-lhes seu coração pelo fato desta ser contra seus próprios irmãos.

*Gaúchos, como guerreiros
Não fujais nunca ao perigo,
E como heróis verdadeiros,
Batei de frente o inimigo!
Mas nesta luta maldita
O inimigo é vosso irmão,
E vos sangra o coração
A vossa justa vindicta!*⁹⁹

O gaúcho propagandeado pelos federalistas era um lutador, um homem valoroso, generoso e altivo. O gaúcho que interessava aos federalistas não era o mesmo gaúcho dos republicanos. Tanto os federalistas como os republicanos tentaram construir uma imagem do gaúcho. O gaúcho republicano caracteriza-se por ser uma figura ordeira, leal, seguidor da lei, disciplinado, respeitador das hierarquias e “civilizado” pelo trabalho na estância.¹⁰⁰ Já, no discurso federalista, a imagem que se queria passar sobre o gaúcho é outra. É a imagem de um lutador, de um bravo, que não se subjugava a ninguém, principalmente a um governo ditatorial. Apela-se a uma tradição inventada, a uma figura mítica construída inicialmente pela literatura, através do Partenon Literário, do qual fazia parte Apolinário Porto Alegre e que, posteriormente, foi apropriada pelos grupos políticos que disputavam o poder no estado.

É nesse momento, quando ambos os grupos políticos utilizam a

⁹⁹ Hymno dos Gaúchos. A REFORMA. Porto Alegre. 23 de setembro de 1896.

¹⁰⁰ Sobre as imagens do gaúcho produzidas pelo discurso do PRR ver o capítulo 3: O herói Júlio de Castilhos e a tradição reordenada. In: ALBECHE, Daisy Lange. *Imagens do Gaúcho: História e Mitificação*. Op. Cit. pp. 47-85.

representação do gaúcho, que as imagens produzidas se diferenciam. O gaúcho imaginado é adaptado conforme a necessidade dos federalistas, que se insurgia contra o governo instituído pelos republicanos, grupo político que consolidou-se no poder após a Revolução Federalista, mantendo-se nele por quase três décadas.

Isso nos remete as discussões de Eric Hobsbawn sobre as tradições inventadas. Segundo o autor, estas constituem um conjunto de práticas que podem ser de natureza ritual ou simbólica e que visam inculcar certos valores ou normas de comportamento. Além disso, “são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.”¹⁰¹

Pretendemos com isso dizer que os federalistas se utilizaram e, ao mesmo tempo, ajudaram a reforçar a imagem do gaúcho como um homem corajoso, honrado e principalmente, defensor da liberdade. Apelava-se, assim, para uma figura mítica, ou em processo de mitificação, para os seus supostos valores morais, atributos físicos e sentimentos pátrios, matizando-os e reinventando-os ao sabor das exigências do momento político. Assim, o termo gaúcho, e todo o conteúdo simbólico a ele associado, é utilizado pelos dois grupos políticos com sentidos diversos. Isso foi possível dada a maleabilidade do significado do gaúcho que permitia a criação de imagens aparentemente antagônicas. Essas imagens, no entanto, não poderiam fugir a um núcleo comum de representação que se mantinha inalterado, qual seja, o patriotismo, a honradez e a valentia. O que mudava era o conteúdo político imputado aos estes valores intrínsecos do gaúcho.

¹⁰¹ HOBBSAWN, Eric. Introdução. In: HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Op. Cit. p.10.

Esperava-se com isso atingir “os corações e as mentes” dos rio-grandenses criando laços de identidade capazes de mobilizá-los e, deste modo, motivá-los a participarem de uma revolução.

3. GASPAR SILVEIRA MARTINS
UMA TENTATIVA DE HEROIFICAÇÃO

Quando se abre algumas das mais conhecidas obras biográficas sobre Gaspar Silveira Martins, o que chama a atenção é o enfoque laudatório e mitificador das mesmas. Tanto a que foi escrita para marcar o centenário do nascimento de Gaspar Silveira Martins, '*Silveira Martins e sua época*'¹⁰², de Osvaldo Orico, publicada em 1935, como obras mais recentes, a exemplo da biografia escrita por Newton Alvim, publicada em 1985, integrando a coleção *Esses Gaúchos*¹⁰³, que fez parte das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Além dessas, muitos outros textos foram escritos: artigos, publicações de discursos e biografias.¹⁰⁴

Pretendemos estudar os discursos proferidos em relação a Gaspar Silveira Martins, tentando perceber o processo de heroificação do qual ele foi objeto, no período que compreende os anos de 1889 a 1896. No entanto, não pretendemos restringir-nos a esse recorte temporal, podendo retroceder até o final do Império e avançar até o ano de sua morte, 5 de agosto de 1901, além de algumas outras datas significativas.

¹⁰² ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1935.

¹⁰³ ALVIM, Newton. *Silveira Martins*. Porto Alegre: Tchê! Comunicações Ltda. Coleção *Esses Gaúchos*, 1985.

¹⁰⁴ Ver: SILVEIRA MARTINS, José Julio. *Silveira Martins e a Unidade da Pátria*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1941. ORNELLAS, Manoelito de. *Silveira Martins*. In: DAMASCENO, Athos (et. alli) *Fundamentos da Cultura Rio-grandense*. 3º Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957. ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Alocação sobre Silveira Martins*. Porto Alegre: Revista do IHGRGS, 1982, nº 123.

O interesse em Gaspar Silveira Martins surgiu a partir do momento em que, pesquisando o jornal *A Reforma*, percebeu-se o tratamento dado pelos redatores do mesmo durante a campanha movida nos anos de 1890 e 1891, a fim de pressionar o governo republicano a conceder-lhe a anistia. Deve-se salientar que, apesar dos federalistas possuírem outras lideranças, como por exemplo, Gumercindo Saraiva, João Nunes da Silva Tavares e Saldanha da Gama, entre outros, a imagem de Gaspar Silveira Martins é reforçada com muito mais intensidade do que essas outras lideranças políticas e militares.

Podemos levantar algumas hipóteses para tentar explicar essa escolha. Gaspar Silveira Martins era o chefe do Partido Liberal, do qual fazia parte o jornal *A Reforma*, o que pode explicar o fato de não haver muitas referências à João Nunes da Silva Tavares, uma vez que este fazia parte do Partido Conservador, além de ter dado seu apoio primeiramente ao PRR de Júlio de Castilhos. Já no caso de Gumercindo Saraiva, a situação torna-se mais complicada, uma vez que ele era estrangeiro, nascido no Uruguai. Reforçar a imagem de uma liderança que não era brasileira abria espaço para as críticas de seus adversários políticos, que os taxavam de serem separatistas. No que se refere a Saldanha da Gama, a ausência de referências provavelmente deve-se ao fato de ele não possuir inserção suficiente no estado, apesar de ser uma liderança conhecida dentro da Marinha. Mesmo com seu passado monarquista, Gaspar Silveira Martins era a figura política melhor qualificada para ser reforçada como o salvador necessário, para estabilizar a situação política em que se encontrava o estado e o país.

Podemos dizer que o processo de heroificação de Gaspar Silveira Martins constituiu-se em três momentos.¹⁰⁵ Primeiramente durante o Império, quando ele é apresentado como o defensor de todos os rio-grandenses frente ao governo central. O segundo momento é após a Proclamação da República, mais especificamente no período em que se encontrava exilado e que antecedeu a deflagração da Revolução Federalista. E o terceiro momento, constitui-se após sua morte. É após seu passamento que sua história e seus ensinamentos são utilizados como um conhecimento que é legado aos seus correligionários. Podemos nos apropriar das palavras de Walter Benjamin quando ele coloca que “é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível.”¹⁰⁶ Para seus correligionários ele era o “*redivivo chefe*”, o “*excelso mestre*” que nos “*legou tradições de bravura*”, e que nós, seus “*apóstolos*”, deveríamos ter como “*guia o espírito do profeta, que como a estrela dos Magos, belo se alteia, anunciando a aurora da verdade, a manhã da renascença.*”¹⁰⁷

Gaspar Silveira Martins nasceu em 5 de agosto de 1834 em Bagé, próximo à fronteira com o Uruguai. Apesar de ter nascido no Brasil, foi batizado em Melo, no Uruguai, em 1835, provocando confusões em relação a sua nacionalidade e a sua idade. Era filho de Maria das Dores Martins e Carlos Silveira. Foi criado até os 12 anos nas terras de seu avô, o Visconde de Serro Azul, proprietário de 120 léguas de sesmarias e de uma biblioteca com mais de 300 obras clássicas. O fato de ter nascido no início da

¹⁰⁵ **Embora tenhamos percebido e identificado estes momentos distintos, e trabalhado nesta perspectiva, não seguiremos rigidamente esta demarcação.**

¹⁰⁶ BENJAMIN, Walter. Apud ABREU, Regina. *Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 7, n. 14, 1994. p. 209.

¹⁰⁷ O Redivivo. A REFORMA. Pelotas. 23 de julho de 1910.

Revolução Farrroupilha e ter sido criado ouvindo seus feitos foi tido como um dos fatores que contribuiu na formação de sua personalidade e postura política. Segundo o jornal *A Reforma*:

*“Nasceu o laureado compatriota sob o signo verdadeiramente republicano; criou-se ouvindo relatar com fidelidade as mil e uma proezas e façanhas dos intemeratos farrapos, que, na razão de um contra dez, lutaram abnegados e nunca vencidos, contra os usurpadores das liberdades rio-grandenses! (...) Fez-se homem Silveira Martins, e, cultivando o seu enorme e invejável talento, com esmero e nitidez, mais acentuadas ficaram as suas inatas aspirações republicanas.”*¹⁰⁸

A importância de salientar que Gaspar Silveira Martins nasceu durante uma revolução que proclamou a República no RS dava-se pelo fato dos federalistas serem taxados de restauradores, de monarquistas. Para isso, seus opositores políticos baseavam-se no fato dele ter exercido os cargos de deputado, senador, conselheiro, ministro de estado e presidente de província durante o Império.

Tomando como referência os estudos de José Murilo de Carvalho sobre a elite política imperial, podemos dizer que Gaspar Silveira Martins fazia parte do clube¹⁰⁹ formado pela elite política brasileira. Após a obtenção do título de Bacharel em Direito, iniciou sua trajetória na magistratura e na política imperial, chegando a ocupar o mais alto cargo durante o Império, o de Conselheiro de Estado.

José Murilo de Carvalho define como integrantes da elite política imperial as pessoas que tomavam as decisões políticas no âmbito nacional, ou seja os ocupantes dos cargos do executivo e do legislativo: além do Imperador, os conselheiros de Estado,

¹⁰⁸ Agio por afeição (I). A REFORMA. Porto Alegre. 23 de abril de 1892.

¹⁰⁹ Ver o capítulo 5, Unificação da Elite: A Caminho do Clube. In: CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

os senadores, os deputados e os ministros.¹¹⁰ Aliado a estes fatores que faziam parte de seu passado, o líder civil da Revolução Federalista defendia uma república parlamentar e unitária, o que remetia à estruturação política do Império. Esses eram alguns dos expedientes usados pelos membros do PRR para negar o direito de participação aos antigos membros do Partido Liberal na estruturação da República, considerados como contrários a nova ordem que estava sendo implantada. Não era somente Gaspar Silveira Martins que estava sendo chamado de monarquista, mas todos os seus partidários, como nos mostra a seguinte citação:

“Os amigos do eminente compatriota (e muito raro é o rio-grandense que não está nesse número) eram tratados como inimigos ou como suspeitos à República...”¹¹¹

Maria de Lourdes M. Janotti, em sua tese de livre docência, intitulada ‘*Os Subversivos da República*’, nos mostra a atuação dos defensores da monarquia no Brasil, após a Proclamação da República. Apesar de seu objeto de estudo estar vinculado a “história de insucessos” havendo, desta forma, dificuldades de fontes, foi possível recuperar a memória do movimento monarquista, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo. No seu entendimento, apesar dos monarquistas terem sido ignorados pela historiografia, o mesmo não ocorreu com seus contemporâneos, uma vez que eram motivos de perseguições e de outras formas de repressão. Apesar de concretamente não estarem organizados, não possuindo uma liderança e, desta forma, não terem levado a cabo ações concretas de restauração do poder monárquico, o terror que inspiravam foi significativo. O perigo da restauração, no entender de Maria de Lourdes M. Janotti, foi

¹¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Op. Cit. p. 41.

¹¹¹ Desmoronamento. A REFORMA. Porto Alegre. 1 de março de 1891.

importante tanto para os republicanos como para os monarquistas. Os freqüentes boatos e denúncias de restauração monárquica contribuiu para o fortalecimento do grupo monárquico, que fundou, em 1895, o Partido Monarquista em São Paulo, ao mesmo tempo que contribuiu para a consolidação da república, uma vez que o receio do retorno à Monarquia justificava os atos de violência que possibilitaram a consolidação do regime republicano.¹¹² É com a ajuda de um imaginário, que reforçava um possível retorno da monarquia através de um golpe restaurador, que os republicanos, principalmente os jacobinos, dividiram a população entre os defensores da república e seus opositores, conseguindo desse modo mobilizar as energias com o objetivo de legitimar e defender a república brasileira.

Em estudo sobre as revoltas camponesas na França, Bronislaw Baczko salienta o papel do medo como fator de mobilização da população. Esse terror coletivo difundiu-se a partir de boatos de invasões de salteadores estrangeiros, resultando na formação de tropas camponesas, na invasão de castelos, na queima de papéis, principalmente das cartas fundiárias, dos títulos de privilégios e das contribuições fiscais. Segundo o autor, o pânico inicial prolongou-se através de uma ação revolucionária antifeudal.¹¹³

No RS também proliferavam boatos e denúncias, o que criava um ambiente de medo e de insegurança quanto ao futuro. Parafraseando Bronislaw Baczko, os “fantasmas” - nesse caso o da restauração monarquista - são úteis uma vez que, se por um lado, servem de justificativa à repressão por parte do poder constituído, por outro

¹¹² Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Introdução.

¹¹³ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Eunadi*. Volume 5. Op. Cit. pp. 318-320.

lado, fortalecem o grupo perseguido uma vez que ampliam e projetam seu poder de atuação. Os membros do PRR reforçavam a imagem de seus opositores como separatistas e restauradores, o que levava os federalistas em contrapartida, a reforçarem o novo papel de seu chefe, Gaspar Silveira Martins. Não era mais somente um “*grande estadista e talentoso orador*”, que durante sua vida trabalhou para elevar o estado, propiciando-lhe progresso e desenvolvimento, era o salvador, a garantia de paz e estabilidade.

Sua trajetória educacional e política iniciou-se em Cerro Largo, onde aprendeu as primeiras letras na escola primária. Posteriormente, estudou em Pelotas e em São Luís do Maranhão, vindo a terminar seus estudos secundários no Rio de Janeiro. Em 1852, matricula-se na Faculdade de Direito, em Recife. Transfere-se para São Paulo, onde conclui o curso aos 22 anos. Após concluir o curso de direito instala-se no Rio de Janeiro, onde passa a trabalhar num escritório de advocacia. Mais tarde passa a exercer o cargo de juiz municipal da Corte, no qual não permaneceu por muito tempo, devido a algumas sentenças polêmicas. Após sua renúncia da magistratura, decide voltar para o RS, que se encontrava em crise econômica e política devido às guerras nas quais esteve diretamente envolvido. Após a Revolução Farroupilha, ocorrem as Guerras do Prata e do Paraguai, nas quais participaram, como soldados, grande parcela da população masculina do estado.

De volta ao estado natal, funda, junto com Félix da Cunha, o Partido Liberal Histórico, que se opunha ao Partido Liberal e ao Partido Conservador. É responsável também pela fundação do jornal *A Reforma*, sendo um de seus redatores. Pelo Partido Liberal Histórico representou seu estado na Assembléia Provincial, na

Assembléia Geral e no Senado. Em julho de 1889 foi nomeado presidente da Província do Rio Grande do Sul.

Neste momento, as idéias republicanas tinham se difundido no estado, devido principalmente, à propaganda republicana levada a cabo pelo PRR através de seu jornal *A Federação*. A Proclamação da República pegou Gaspar Silveira Martins em Nossa Senhora do Desterro, a caminho do Rio de Janeiro, para ocupar uma cadeira no senado. A mando do governo de Deodoro da Fonseca foi preso e, posteriormente, levado para o Rio de Janeiro. Em 21 de dezembro de 1889 foi decretada sua expulsão do País, juntamente com o Visconde de Ouro Preto.

Seu exílio durou até 5 de janeiro de 1892, período em que viajou pela Europa. Em Porto Alegre, o ano de 1891 foi marcado por intensa campanha, difundida através do jornal *A Reforma*, em prol da revogação do decreto que o exilou. Para seus partidários, Gaspar Silveira Martins foi “*a primeira vítima de um despotismo desnecessário*” uma vez que a república havia sido aceita como fato dado pelos liberais. Além do que, “*o mais ilustre dos rio-grandenses*”, que trazia consigo não só seus correligionários mas “*um povo inteiro*” que o considerava como o “*batalhador invencível da liberdade*” era, para os rio-grandenses, a “*garantia de sua felicidade, de sua paz, de seu engrandecimento*”, uma vez que ninguém lutara tanto para elevar “*esta terra no conceito do País.*”¹¹⁴ A matéria continua numa infundável demonstração dos inúmeros talentos do “*filho dileto do Rio Grande do Sul*”, que foi o “*precursor do novo regime, se é que a república brasileira veio garantir a liberdade*”. Percebe-se aqui, um porém, uma dúvida em relação ao novo regime que estava sendo implantado. Questiona-se até que

¹¹⁴ Silveira Martins. A REFORMA. Porto Alegre. 8 de outubro de 1890.

ponto o novo regime era um regime democrático, e se seus defensores eram realmente os verdadeiros defensores da república. Era essa desconfiança que os levava a declarar que

*"O Rio Grande do Sul quer a volta de seu ilustre filho, considerando-a mesmo como uma medida de salvação pública, ante a anarquia que poderá levar-nos á completa ruína, si forte obstáculo não se lhe opuser em tempo. É preciso, pois, que ele volte."*¹¹⁵

A imagem que se construiu do "benemérito patriota" era a de um profeta, um vidente, alguém que, independente de seu credo político, foi o "percursor do novo regime", visto que em discurso proferido em 2 de outubro de 1877, dizia preferir "em matéria de forma a República à Monarquia" pois este "é o único regime que pode produzir paz, ordem, progresso e liberdade."¹¹⁶

No contexto político em que se encontrava o estado, de mudanças e transformações, Gaspar Silveira Martins era visto como o salvador, como a pessoa responsável pela estabilidade política, era a experiência contra a anarquia, na qual se encontrava o RS. Neste momento, o salvador torna-se um elo de ligação entre o presente, um presente de mudanças e de instabilidade, com um passado de glórias, de estabilidade. Assim, Gaspar Silveira Martins é

*"... a mais segura garantia de sua paz, de sua felicidade, de seu engrandecimento. (...) pelo grande talento, pelo imenso prestígio, pelo patriotismo inexcedível, impõe-se como o mais capaz de solver as enormes dificuldades da atualidade política."*¹¹⁷

Os salvadores, segundo Raoul Girardet, agem através da palavra, do verbo, pretendendo, desta forma, decidir e influenciar o curso da história. São oradores de

¹¹⁵ Silveira Martins. A REFORMA. Porto Alegre. 8 de outubro de 1890.

¹¹⁶ Citado em PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, s. d. p. 111

¹¹⁷ A verdade. A REFORMA. Porto Alegre. 10 de outubro de 1890.

caráter quase sagrado, vidente e profético.¹¹⁸ Era o jornal *A Reforma* criando a imagem de Gaspar Silveira Martins, não qualquer imagem, mas a mais apropriada para o momento político pelo qual passava o estado e o país. Afinal, “todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência. A imagem do salvador varia conforme ele é chamado a enfrentar um perigo externo, a conjurar uma crise econômica ou a prevenir os riscos de uma guerra civil.”¹¹⁹

Havia a necessidade de desvincular a imagem de Gaspar Silveira Martins com a da monarquia. Ele passa a representar não mais um membro do governo monárquico e amigo pessoal de D. Pedro II, mas um defensor da liberdade acima de qualquer credo político.

*“Silveira Martins disse-o muitas vezes: no dia em que a monarquia for um obstáculo à liberdade, cumprimos o dever de suprimi-la ... Ele queria a liberdade, eis tudo.”*¹²⁰

Liberdade que era inerente a sua personalidade e educação, uma vez que havia sido criado ouvindo os grandes feitos dos heróis do passado, dos legendários de 35. Ele deixa de ser um dos representantes do governo central, como presidente da província nomeado e como chefe do Partido Liberal Histórico e passa a ser representante do povo, defensor dos interesses do RS acima de partidos políticos, acima de formas de governos, como demonstra a seguinte citação:

¹¹⁸ Ver GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Op. Cit. p. 79.

¹¹⁹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Op. Cit. p. 82.

¹²⁰ Ao “Rio Grande”. A REFORMA. Porto Alegre. 29 de novembro de 1890.

***“Se foi monarquista e se trabalhou pela consolidação do regime deposto, era porque convencido estava de que sob ele poderíamos gozar de todos os almejavéis bens e porque acima da questão de forma de governo, que é secundária, ele amava o predomínio das liberdades, que queria ver consagradas pelo caminho mais curto e menos cheio de incertezas.”*¹²¹**

Novamente se percebe uma dúvida, um questionamento em relação à República. O novo regime iria garantir a segurança e a liberdade da população? Eram os republicanos os mais capacitados para consolidar a nova forma de governo? Eram dúvidas recorrentes se considerarmos que as discussões acerca da república eram recentes e envolviam majoritariamente os estudantes das faculdades de direito, não extrapolando os círculos intelectuais da época. A grande maioria da população não esperava a mudança de regime e muitos políticos tornaram-se republicanos de última hora.

Retornando ao nosso objeto de estudo, podemos dizer que o jornal *A Reforma* teve papel importante em sua heroificação. Através de suas páginas o Partido Liberal Histórico difundiu suas idéias através da pena de Gaspar Silveira Martins, quando de sua fundação em 1869. Foi por meio de seu jornal que os editores veicularam a campanha pela sua anistia, bem como divulgaram a notícia de sua anistia em 19 de novembro de 1890, com as seguintes palavras:

***“... dá-nos a notícia de haver cessado a deportação do nosso eminente compatriota conselheiro Silveira Martins. Ontem, ao ser conhecida a notícia, subiram ao ar milhares de foguetes de todos os pontos da cidade e diversas casas comerciais e particulares iluminaram as suas fachadas.”*¹²²**

Apesar da felicidade de seus correligionários pela sua anistia, Gaspar Silveira Martins retornou ao país somente em 5 de janeiro de 1892. Seu desembarque, em

¹²¹ Mais perfidias. A REFORMA. Porto Alegre. 8 de março de 1891.

¹²² Silveira Martins. A REFORMA. Porto Alegre. 20 de novembro de 1890.

Porto Alegre, ocorreu 46 dias depois. A partir do momento em que se soube que nada mais impedia seu retorno ao país,

*“foi deliberado unanimemente que se promoverão festas imponentes, e para esse fim a comissão está disposta a não poupar-se a sacrifícios de qualquer natureza, contanto que se possa manifestar de uma forma eloqüentemente digna o contentamento deste povo ao ver regressar ao torrão natal o filho dileto do Rio Grande do Sul.”*¹²³

A volta de Gaspar Silveira Martins foi amplamente divulgada pelo jornal *A Reforma*. Seu retorno era visto como a vinda do salvador, da experiência necessária para estabilizar a situação política no estado. Não era a volta de *“um desterrado, de um criminoso que acaba de cumprir uma sentença”*, mas o retorno de um dos *“grandes servidores da liberdade e da Pátria”*, de um *“triunfador a quem um povo inteiro irá oferecer demonstrações de apreço.”*¹²⁴ A felicidade pela sua volta, de acordo com o jornal, não foi somente de seus partidários, mas de todo o povo que *“em massa afluía para saudar, aplaudir e abraçar o extremado advogado de seus direitos, agora felizmente repatriado.”*¹²⁵ Gaspar Silveira Martins foi recebido *“ao som de bandas de música, ao espocar de milhares de foguetes e bombas de dinamite.”*¹²⁶

Essas demonstrações de alegria e as comemorações foram incentivadas pelos liberais, uma vez que era uma demonstração da força da oposição, uma demonstração do poder de mobilização do chefe, de Gaspar Silveira Martins. Não era qualquer pessoa que estava retornando, era uma *“força viva da nossa raça e do nosso*

¹²³ Comissão de festejos. A REFORMA. Porto Alegre. 10 de janeiro de 1892

¹²⁴ Silveira Martins. A REFORMA. Porto Alegre. 5 de agosto de 1891.

¹²⁵ Agio por afeição (VI). A REFORMA. Porto Alegre. 5 de maio de 1892.

¹²⁶ Telegramas. A REFORMA. Porto Alegre. 12 de fevereiro de 1892. Referem-se a chegada de Gaspar Silveira Martins à Bagé.

tempo, espécie de figura fugida de algum volume de Plutarcho e que anda neste século na América do Sul para mostrar que também a nossa raça é capaz de produzir um grande homem."¹²⁷

Era necessário mostrar o poder, o carisma do "gaúcho dos pampas"¹²⁸, mesmo entre as pessoas que nunca foram seus seguidores políticos. Mostrá-lo como unanimidade regional, um político que, mesmo entre seus inimigos, impunha respeito e admiração. A identificação de Gaspar Silveira Martins como gaúcho nos remete a construções simbólicas que se identificam com virtudes inerentes como masculinidade, força, honradez e valentia, entre outras.

Segundo as palavras do jornal, Gaspar Silveira Martins era o "representante mais fiel da democracia rio-grandense"¹²⁹ em contraposição com a ditadura científica - o comtismo - que foi implantada no estado a partir da promulgação da Constituição Rio-grandense de 14 de julho de 1891. Era a oposição entre o liberalismo e o castilhismo, entre a "democracia rio-grandense" e a "ditadura".

Representou-se, através da literatura e da historiografia, o RS como uma sociedade igualitária, sem privilégios e privilegiados, uma verdadeira escola da democracia. Essa construção difundiu-se baseada em elementos do cotidiano, como a camaradagem entre patrões e empregados nas lidas campeiras, o hábito de tomar chimarrão na mesma cuia, cachaça na mesma guampa. No entanto, esses ritos e hábitos não invalidam o processo de ocupação do território, que gerou a concentração extrema da

¹²⁷ Silveira Martins for ever! A REFORMA. Porto Alegre. 1 de agosto de 1892.

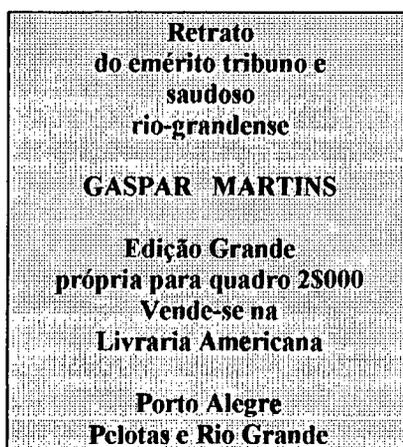
¹²⁸ Telegramas. A REFORMA. Porto Alegre. 12 de fevereiro de 1892.

¹²⁹ Silveira Martins for ever! A REFORMA. Porto Alegre. 1 de agosto de 1892.

terra, nem contrariam o fato de que, apesar de trabalharem lado a lado, na hora de vender o produto, a renda não era dividida igualmente.¹³⁰

Além de juntar todas essas características, seu conhecimento propiciava-lhe maiores possibilidades para conduzir o estado naquele momento difícil pelo qual estava passando. Gaspar Silveira Martins era um homem “*experiente*”, possuía “*talento*” e “*ilustração*” bem como um “*espírito conciliador*” e “*largueza de vistas*” contrastando com a “*miopia*” e “*inexperiência*” de seus opositores.¹³¹

Algumas datas são lembradas, propiciando a publicação de artigos comemorativos. Enquanto era vivo, o jornal publicava reportagens, salientando e glorificando seus feitos, comemorando a passagem de “*mais um ano de existência do filho dileto do Rio Grande.*”¹³² Durante os anos de 1890 e 1891, diariamente havia notas, reportagens, publicações de telegramas referentes ao “*ilustre tribuno*”, ao “*filho dileto do Rio Grande*”, “*ao ilustre desterrado*”. No jornal do dia 9 de fevereiro de 1891 estava publicado o seguinte classificado, que se repetiu em várias outras edições:



O aniversário de Gaspar Silveira Martins era aproveitado como um

¹³⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Invenção da Sociedade Gaúcha*. Op. Cit. p. 14.

¹³¹ Silveira Martins for ever! A REFORMA. Porto Alegre. 1 de agosto de 1892.

¹³² Silveira Martins. A REFORMA. Porto Alegre. 5 de agosto de 1891.

momento para reforçar as suas idéias e a de seus partidários, ao mesmo tempo em que aproveitavam para criticar o governo do PRR. Além disso, prestavam a devida homenagem ao chefe, diferenciando-o de seus adversários, tanto no aspecto político como no aspecto moral, como nos mostra a seguinte citação:

*“Quando daqui saiu o filho dileto do Rio Grande diferentes eram as nossas condições. Éramos livres, somos hoje escravos! Todas as conquistas daquele estadista de primeira ordem desapareceram, graças ao ódio pequenino, às vilanias dos que invejavam-lhe os grandes talentos, dos que, chatas mediocridades, não podiam subir às alturas onde só podem ascender os homens de espírito superior”*¹³³

Esta data foi lembrada todos os anos até a sua morte, em 23 de julho de 1901. Na citação acima, aproveitam para criticar a constituição de 14 de julho que, no entender dos federalistas, era responsável pela supressão de todos os direitos individuais e políticos, pela escravização dos rio-grandenses. A imagem de Gaspar Silveira Martins foi construída em oposição à de Júlio de Castilhos. Segundo o jornal *A Reforma*, Júlio de Castilhos era um “déspota”, uma “pipinha de podridão”, uma “bexiga de puz” e, seus partidários, eram considerados uma “seita perigosa à sociedade”, “inimigos da Pátria”, “deturpadores dos ideais republicanos”, “impostores”, “ladrões”, “cães especuladores”, “criaturas das trevas”. Em suma, seu governo era considerado um “regime do saque ao cofre público.”

Gaspar Silveira Martins, ao contrário, era um “abnegado”, o “verdadeiro republicano”, o “guarda fiel e vigilante das tradições de 35”, sendo comparado a grandes estadistas como Cavour, Gladstone, Thiers e Kossuth. Essa glorificação pode ser melhor percebida na citação a seguir:

¹³³ Silveira Martins. A REFORMA. Porto Alegre. 5 de agosto de 1891.

“... não é um homem de talento, não é um orador, não é um patriota, é a própria eloquência, é o patriotismo, é o talento, é a síntese da visão mais lúcida que imaginar se pode, é a esperança de uma pátria abatida e humilhada...”¹³⁴

Com o objetivo de fazer uma comparação, pesquisamos o jornal “*Bisturi*”, nos dois anos finais do Império (1888 e 1889). Este jornal circulou durante os anos de 1888 e 1893, na cidade de Rio Grande, sendo, na opinião de seu dono e redator, uma “folha satírica e humorística” que publicava alegorias, sátiras, críticas à política, caricaturas e outros textos. O responsável pela publicação era Thádeo Alves do Amorim, que se tornou um republicano de “primeira hora”. Posteriormente, passa a fazer críticas ao governo de Júlio de Castilhos, retratando-o em suas páginas como “um pato”. A postura política de Thádeo Alves de Amorim define-se como liberal e gasparista.¹³⁵ No jornal do dia 07 de julho de 1889, comentando sobre a visita de Gaspar Silveira Martins à cidade de Rio Grande, trazia na capa a ilustração reproduzida a seguir (Figura 1). Abaixo da imagem estava escrito “*A passagem de ‘Vênus’, sempre radiante e bela, embora a rodeiem de infâmias e de opressões.*” Gaspar Silveira Martins é representado como Vênus, a deusa do amor na mitologia romana. Segundo o Dicionário mítico-etimológico da Mitologia e da Religião Romana, no Império Romano “a deusa do amor acabou por adquirir um caráter autenticamente nacional, tornando-se protetora da cidade e do povo romano, símbolo de sua origem nobre.”¹³⁶

O texto que acompanha esta imagem, publicado na 2º página do jornal, falava da vinda do benemérito conselheiro, de sua recente nomeação, por parte do

¹³⁴ Hurrah por Silveira Martins. A REFORMA. Porto Alegre. 16 de agosto de 1892.

¹³⁵ ALVES, Francisco Neves. *Uma Introdução à História da Imprensa Rio-grandina*. O estudo de alguns “fragmentos” do século XIX. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995. pp. 129-133.

¹³⁶ BRANDÃO, Junito. *Dicionário Mítico-etimológico da Mitologia e da Religião Romana*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 305.



Figura 1- Rio Grande. BISTURI, 07 de julho de 1889. Capa.

governo monárquico, como presidente da província. Era, segundo o jornal, esperado ansiosamente pela população da cidade, que gostaria de prestar suas mais sinceras homenagens ao eminente cidadão, “*dotado das mais eminentes qualidades, que constituem os grandes caracteres, cheio de vida, de inteligência e de amor pelo seu País.*”¹³⁷ Salienta-se todo o amor que Gaspar Silveira Martins devotava ao estado e aos seus habitantes. Era todo abnegação, tudo o que desejava era o engrandecimento de seu país e, principalmente, do RS. A imagem construída era de que um político dedicado, nobre, desinteressado e patriota que, com sua capacidade intelectual, “*seu espírito esclarecido*”, estava contribuindo para o “*engrandecimento material desta província.*”¹³⁸ Outro aspecto salientado era a cultura, o conhecimento de Gaspar Silveira Martins, percebido pelo fato da imagem estar carregando um livro. Era a celebração do herói letrado, do orador culto.

A representação de Gaspar Silveira Martins como um herói letrado também está presente no monumento erigido em sua homenagem em Bagé, na praça do mesmo nome. Na obra, erigida em 1970, de autoria de Antonio Caringi, “o traje à rigor, o braço levantado, os dedos crispados, evocam a figura do tribuno exaltado, do orador inflamado, e não a do líder revolucionário.”¹³⁹

Apesar de ser apresentado pelo jornal como uma unanimidade regional, digno da admiração de todos os habitantes do estado, Gaspar Silveira Martins foi alvo de duras críticas. Em obra publicada em 1894, por Germano Hasslocher, intitulada ‘*A Verdade sobre a Revolução*’, Gaspar Silveira Martins foi retratado como um homem

¹³⁷ Conselheiro Gaspar S. Martins. BISTURI. Rio Grande. 7 de julho de 1889. p. 2.

¹³⁸ Silveira Martins. BISTURI. Rio Grande. 9 de dezembro de 1888. p. 2.

¹³⁹ DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. RS 1893-1895 nos Monumentos. Esquecimento compactuado. In: FLORES, Hilda A H. (org.). *Revolução Federalista - Estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993. p. 76.

vaidoso e despótico, que negou-se a esclarecer o programa dos revolucionários, bem como condenar as degolas e assassinatos que estavam sendo praticados pelos exércitos federalistas.¹⁴⁰ Germano Hasslocher dizia-se partidário dos federalistas até o momento em que percebeu que a Revolução Federalista não poderia libertar o estado, pois não era uma causa justa, mas sim o capricho de um homem vaidoso que estava levando o RS à miséria e à barbárie.

Outra crítica foi quando Thádeo Alves do Amorim o retratou como um tratador de burros, numa alegoria referente à distribuição de cargos e de empregos públicos, utilizada como recurso a fim de premiar ou de cooptar correligionários (Figura 2). Abaixo da imagem estava escrito “*que gritaria, Santo Deus! Como é bom o ‘milho’ do governo, são tantos a quererem...*” Apesar de anteriormente ter comparado Gaspar Silveira Martins à Vênus, o dono do jornal “*Bisturi*” reservava-se o direito à crítica e a denúncia dos privilégios.

Não obstante as severas críticas de seus correligionários à distribuição de cargos levada a cabo pelos membros do PRR após sua ascensão ao governo estadual, Gaspar Silveira Martins também se utilizou deste expediente como forma de garantir o apoio ao seu partido e ao seu governo entre as lideranças municipais. Durante o período em que o Partido Liberal manteve-se no poder, estruturou a máquina política imperial, concentrando em suas mãos os principais cargos burocráticos.

Quando de sua ascensão ao poder, o Partido Liberal não conseguiu consolidar suas posturas políticas, o que fez com que alguns setores do partido, juntando-

¹⁴⁰ Ver HASSLOCHER, Germano. **A verdade sobre a Revolução**. Porto Alegre: Typografia de Cesar Reinhardt, 1894.

BISTURI

Assignatura
Anno.. 12.000

Propriedade de
Thudco A. de Amorim

Assinatura
Moz..1.000.



Eu gritaria, Santo Deus! Como é bom o "milho" do Governo, são tantos a quererem...

Figura 2 - BISTURI, 13 de outubro de 1889. Capa.

se com a nova geração de políticos que não aceitavam a acomodação do mesmo e desafiavam a liderança autocrática de Silveira Martins, fundassem, em 1882, o Partido Republicano Rio-grandense.¹⁴¹

Durante a Revolução Federalista, Gaspar Silveira Martins esteve em auto exílio em Buenos Aires e Montevideú, onde morreu em 1901. A notícia de sua morte foi amplamente divulgada pelo jornal *Correio do Povo*. Este jornal foi fundado em 1895 por Caldas Júnior que, apesar de ter pertencido ao Partido Federalista, procurou manter seu jornal distante dos partidarismos em que se encontrava o panorama político no estado.¹⁴²

A notícia foi publicada no dia 25 de julho, dois dias após sua morte. O artigo, escrito por Rafael Cabeda, ocupava o centro da primeira página do jornal e, além de comunicar sua morte, aproveitava para fazer uma rápida biografia sobre a vida e obra do ilustre morto. Segundo este artigo, *“Silveira Martins constituiu-se o senhor absoluto do Rio Grande. Dominava por seu belo talento, pelo seu acendrado patriotismo. O seu nome era repetido de um extremo ao outro do estado, com todo o entusiasmo, por isso que o patricio ilustre era considerado a personificação viva do amor pátrio.”*¹⁴³ Rafael Cabeda, autor do texto, juntamente com Pedro Moacyr, foi um dos mais expressivos opositores ao governo do PRR no início do século XX. O artigo encerrava dizendo que o *“diretório do partido federalista participava às localidades do Estado o falecimento do ilustre rio-grandense, convidando os seus correligionários políticos a tomarem luto por oito dias.”*¹⁴⁴

As notícias sucederam-se no dia seguinte e nos outros dias durante todo o

¹⁴¹ Ver PICCOLO, Helga Iracema L.. A Política Rio-grandense no Império. In: DACANAL, José & GONZAGA, Sergius. RS: Economia e Política. Op. Cit. pp. 93-117.

¹⁴² ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições & a revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 14.

¹⁴³ Silveira Martins. CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 25 de julho de 1901.

¹⁴⁴ Silveira Martins. CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 25 de julho de 1901.

mês de agosto. Eram desde artigos falando sobre sua vida, sobre as missas que foram realizadas em Porto Alegre e em outras cidades do interior, como Bagé, bem como sobre os diversos discursos que foram proferidos em sua homenagem. No dia 26 de julho foi publicado o convite para as missas de 7º dia que seriam celebradas na capela do Senhor dos Passos. Esse convite foi publicado nos dias seguintes e era assinado “*A Comissão*”.

Esta Comissão foi formada durante uma reunião dos amigos de Gaspar Silveira Martins, realizada na casa de Albino Pereira Pinto. Após terem proferidos discursos sobre o falecido, foram formadas diversas comissões. Cada uma delas ficou encarregada de uma função: das solenidades religiosas, de redigir um número especial d’*A Reforma* sobre o tribuno e de erguer um monumento em sua honra. Esta última foi dividida em duas, uma delas formada por senhoras que ficariam encarregadas de arrecadarem donativos para o dito monumento. Alguns dias depois, a comissão publicou no jornal uma nota comunicando que estavam recebendo os artigos que iriam integrar a edição especial d’*A Reforma* a ser publicada no dia 23 de agosto, em “*comemoração ao trigésimo dia do passamento do ilustre chefe do partido federalista.*”¹⁴⁵ Segundo Regina Abreu existem diversas formas de lembrar os mortos considerados ilustres, entre elas conferências, rituais religiosos, pronunciamentos de elogios póstumos, exposições comemorativas e lançamentos de biografias.¹⁴⁶

Em telegramas publicados no jornal *Correio do Povo* nos dias 26 e 27 de julho de 1901, era comunicado que as cerimônias fúnebres, realizadas em Montevideu, foram extraordinariamente concorridas e que seu corpo fora embalsamado a fim de ser transportado até Bagé, onde seria enterrado.

¹⁴⁵ Aviso. CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 31 de julho de 1901.

¹⁴⁶ ABREU, Regina. *Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados*. Op. Cit. p. 208.

Apesar dos esforços de seus correligionários, Gaspar Silveira Martins foi enterrado em Montevideu. Pedro Moacyr, em discurso proferido durante o enterro dizia que *“o cadáver de Silveira Martins era uma bandeira para os amigos da liberdade e para as reivindicações de civismo, e que os brasileiros, ao descansá-lo em terra uruguaia, o faziam apenas como um depósito, pois brevemente o Brasil reclamaria esses queridos despojos, para lhes tributar homenagens condignas dos elevados méritos do grande tribuno.”*¹⁴⁷ Mesmo morto, sua imagem era utilizada para congregar as oposições de forma a fazer frente ao governo de Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos, no governo do RS. Pelo discurso de Pedro Moacyr, proferido durante os funerais, *“soube-se que todos os elementos oposicionistas ao governo deste Estado tratavam de formar um partido, tendo como chefe o extinto tribuno rio-grandense. Acrescenta-se que este partido iniciaria a sua ação com um movimento revolucionário, que deveria rebentar brevemente.”*¹⁴⁸

As lideranças vivas aproveitavam a comoção em torno da morte do ilustre rio-grandense a fim de mobilizar as oposições em torno de uma nova revolução. Segundo Regina Abreu, *“num mundo de indivíduos, certos mortos tendem a desempenhar um lugar importante para a referência dos vivos.”*¹⁴⁹ Mesmo morto, Gaspar Silveira Martins era um ponto de referência, um exemplo a ser seguido.

Outra manifestação ao finado tribuno foi a da Fotografia Ferrary, a qual expôs o retrato de Gaspar Silveira Martins, pintado pelos Srs. Postiga & Irmão. Na vitrine *“transformada em altar, foi ontem, à noite, exposto um magnífico retrato, a óleo, do*

¹⁴⁷ Silveira Martins. CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 1 de agosto de 1901.

¹⁴⁸ Telegramas. CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 28 de julho de 1901. p. 2.

¹⁴⁹ ABREU, Regina. *Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados*. Op. Cit. p. 208.

*ilustre rio-grandense, circundado por uma riquíssima coroa.*¹⁵⁰ Segundo a reportagem, o local transformou-se em local de peregrinação de grande número de porto-alegrenses, que paravam em frente à dita vitrine a fim de admirar a homenagem “*prestada à memória do eminente patricio.*”¹⁵¹

Entre as homenagens prestadas, ocorreu no Teatro São Pedro, às 7 horas da noite, uma “*sessão fúnebre*” realizada no dia 23 de agosto, um mês após sua morte. Além disso, foi rezada uma missa no 30º dia de morte na igreja Nossa Senhora das Dores, para o qual estavam sendo convidados todos os familiares, amigos e admiradores do finado.

O ritual de comemorar o morto era repetido todos os anos. Em 1921, 20 anos após sua morte, ainda eram rezadas missas em homenagem ao “*glorioso tribuno rio-grandense*”¹⁵², o mesmo se repetindo nos anos seguintes.¹⁵³ Essas homenagens eram prestadas pelos membros do Partido Federalista. Em 1921 este partido realizava seu Congresso Partidário em Porto Alegre, do qual aproveitou-se para homenagearem Gaspar Silveira Martins e Pedro Moacyr. Passados vinte anos da sua morte, ainda era uma referência aos membros do Partido Federalista. Em discurso pronunciado pelo Dr. Moraes Fernandes “*Gaspar Silveira Martins vive ainda e viverá sempre nesta dignificante aliança do presente com o futuro do federalismo*”. A sequência de seu discurso lembra aos participantes do Congresso que os “*despojos venerandos do inolvidável morto já descansam no solo sacrossanto de seu torrão nativo, na invicta*

¹⁵⁰ Silveira Martins. CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 30 de julho de 1901.

¹⁵¹ Silveira Martins. CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 30 de julho de 1901.

¹⁵² Convite. CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 21 de julho de 1921.

¹⁵³ Foram pesquisados os anos de 1921, 1922, 1923 do Correio do Povo. Eram publicados, na 1ª página, convites para as missas que eram realizadas anualmente no dia de sua morte. Essas notas de missa eram publicadas todos os anos nos dias 21, 22 e 23 de julho.

cidade de Bagé, e que devem servir, ao menos de hoje para sempre, como elo inquebrantável entre todos os nossos correligionários."¹⁵⁴

Como salientamos no início do capítulo, o processo de heroificação de Gaspar Silveira Martins deu-se em três momentos distintos. Inicialmente, procuramos explorar o período referente à campanha pela sua anistia, período esse marcado pela instabilidade política responsável pela deflagração da Revolução Federalista. É nesse momento que se constrói a imagem do salvador, que precisava retornar ao país para, com sua experiência e seu amor pátrio, servir de guia à liberdade e à uma república parlamentar e federativa.

Logo a seguir, trabalhamos o período imperial. Neste momento Gaspar Silveira Martins é o presidente da província. A imagem era a de um político respeitado por seus correligionários, que batalhava em prol de seu povo e que foi responsável por grandes avanços econômicos. Era, no entanto, criticado por seu autoritarismo, o que não chegava a prejudicar sua aura de "deusa do amor."

Essas imagens mudam com sua morte. Neste momento ele deixa de ser o salvador para ser o exemplo a ser seguido. As recorrências ao "*ilustre morto*" ocorriam conforme as necessidades políticas de seus correligionários.

A imagem de Gaspar Silveira Martins foi reforçada durante sua vida, antes e depois da Proclamação da República, e após sua morte. O ritual de rezar missas era utilizado como uma rememoração que se manteve durante anos. Era o momento de lembrar seus ensinamentos e de reforçar suas idéias políticas. Era uma forma de

¹⁵⁴ Congresso Federalista. CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 26 de julho de 1921. p. 3.

fortalecer o Partido Federalista, mantido na oposição durante o governo de Borges de Medeiros.

4. REVOLUÇÃO E HISTORIOGRAFIA

Nos capítulos anteriores discutimos as diferentes construções discursivas dos federalistas durante o período que compreende os anos de 1889 (Proclamação da República) e 1896 (final da Revolução Federalista). No decorrer destes capítulos tentamos pensar como e com que finalidade os federalistas utilizaram e reforçaram as representações acerca do estado e de seus integrantes. Através dos discursos veiculados pelo jornal *A Reforma*, os federalistas tornam-se os herdeiros dos ideais dos farroupilhas. Vincular-se a uma guerra que opôs uma parcela do RS contra o governo regencial, durante os anos de 1835-1845 e que, além de separar-se do Brasil, proclamou a República Piratini, consistia em reforçar sua posição de republicano. Além desse recurso, os federalistas utilizaram-se da denominação gaúcho, referindo-se a todos os habitantes do estado, a fim de motivá-los a empreender uma guerra contra o governo estadual e federal. O termo gaúcho tem poder de aglutinação, pois identifica algumas características tais como honra, bravura, independência e coragem, entre outras. Apelar para este denominativo significa criar laços de identificação entre um grupo formado por pessoas de várias tendências políticas, com trajetórias diferenciadas entre si.

Além dessas imagens, tentou-se criar também a figura do salvador. Partindo de algumas referências pessoais, reforçou-se determinadas características de Gaspar Silveira Martins com o objetivo de salientar seu papel de defensor do estado

frente à nação. Era o chefe político por excelência, o homem mais capacitado para dirigir o RS nesse período de crise política.

Além da produção de representações, durante o período de 1889-1896, houve a proliferação de diferentes discursos que foram produzidos posteriormente sobre a Revolução Federalista. Esses discursos foram proferidos de diferenciados lugares, como por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e as universidades. A historiografia produzida sobre este período da história do RS e do Brasil pode ser dividida em quatro grupos ou momentos.

O primeiro momento é o período que inicia com o fim da Revolução Federalista e vai até o início da década de 20, quando é (re)fundado¹⁵⁵ o IHGRGS. As obras que foram divulgadas neste período são principalmente depoimentos de pessoas que participaram, direta ou indiretamente, dos conflitos.

A intenção desses autores ao escreverem suas memórias sobre a guerra era deixar registrados para a posterioridade seus testemunhos sobre os primeiros anos da implantação da República no Brasil e no estado, ao mesmo tempo que aproveitavam para defenderem e/ou justificarem seus interesses políticos.

Entre essas obras pode-se citar a obra *'Os Voluntários do Martírio'*, de Ângelo Dourado, publicada pela primeira vez em 1896. O autor era um médico baiano, federalista, radicado em Bagé. Participou da guerra como integrante da coluna de Gumercindo Saraiva e, durante a mesma, desenvolveu intensa correspondência com sua

¹⁵⁵ A primeira tentativa de fundar um Instituto Histórico e Geográfico na Província de São Pedro, aos moldes do IHGB, ocorreu em 1854. Malograda a primeira tentativa, a segunda ocorreu em 1860. A iniciativa do Barão de Porto Alegre manteve-se por três anos, chegando a publicar 6 fascículos de uma revista trimestral. Posteriormente ocorreram outras tentativas malogradas. Em 1920 ocorreu a última e bem sucedida tentativa, que se mantém até os dias atuais. Folder publicado pelo IHGRGS. Diretoria biênio 1996/1998, presidida pelo historiador Sérgio da Costa Franco.

esposa que, com o término da guerra, veio a ser publicada no Rio de Janeiro. A obra é interessante pelo seu aspecto descritivo dos habitantes, principalmente do “gaúcho”, bem como das diferentes formações sociais do RS.

Na opinião de Ângelo Dourado, o que motivou a revolução, considerada como “*um protesto do povo contra seu governo*”¹⁵⁶, foram as perseguições políticas de que eram vítimas os federalistas (antigos liberais) por parte dos membros do PRR, que encontravam-se no poder. Era a luta pela liberdade, mas acima de tudo era a forma que muitas pessoas tinham de vingarem-se de seus desafetos. Além disso, a “*pobre república*” deveria ser salva uma vez que havia caído nas mãos de pessoas “*que te desonram , que te aniquilam, que te matam dizendo que te querem salvar.*”¹⁵⁷ Foi em defesa da república que os federalistas lutaram, mas não de uma “*república militar, nascida de uma sedição que nos levaria a sorte do império romano, pelas surpresas, pelas tiranias exercidas para se conservarem.*”¹⁵⁸ Toda a obra foi escrita durante a guerra, em forma de cartas, onde o autor colocava os fatos que ocorriam, o deslocamento das tropas e suas dúvidas sobre o rumo que estava tomando a república recém implantada.

É importante observar que Ângelo Dourado não teve a pretensão de escrever a História da Revolução Federalista, mas registrar a sua “*impressão da ocasião, narrada a quem, como eu, sofria, a quem teve tanto amor a causa que defendo(...)*” Para o autor, era ainda demasiado cedo para escrever tal história, estudar os fatos nas suas

¹⁵⁶ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio. Narrativa da Revolução de 1893*. Fac-símile da edição de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1992. p.13.

¹⁵⁷ DOURADO, Ângelo. Op. Cit. p. 79.

¹⁵⁸ DOURADO, Ângelo. Op. Cit. p. 50.

origens e cada homem nos seus desejos. No entanto, mesmo não pretendendo escrever a História da Revolução Federalista, o autor, motivado pela paixão confessada pela “*causa*” e na condição de quem vive a história no seu desenrolar, constrói a imagem da revolução como um movimento libertador, o “*esforço popular rio-grandense contra o poder esmagador que tentou asfixia-lo.*”¹⁵⁹

Além dessa obra, os federalistas puderam contar com outra defesa de sua revolução. Em 1919, Wenceslau Escobar publicou, também no Rio de Janeiro, a obra ‘*Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893*’. O autor era formado em Direito e durante a Revolução Federalista foi um dos redatores do jornal *A Reforma*. No prefácio de sua obra diz considerar a história como a “*mestra da vida, o plenário onde as gerações futuras, de ânimo calmo, julgam os sucessos humanos de maior relevância.*”¹⁶⁰ Imbuído desta visão de história, julga ser seu papel trazer à tona os acontecimentos ocorridos após a Proclamação da República e que envolveu os partidos republicano e federalista.

No seu entender, a história desse período é escrita até o momento pelos partidários da legalidade, num tempo em que o “*calor das paixões estava longe de ser moderado ou extinto pelo tempo.*”¹⁶¹ Apesar de ser seu objetivo apresentar os fatos com imparcialidade, não acredita ser possível escrever com “*absoluta isenção de ânimo*” uma vez que havia participado “*pelo coração e pelas idéias nessa lamentável luta fratricida.*”¹⁶²

¹⁵⁹ DOURADO, Ângelo. Op. Cit. p. 1.

¹⁶⁰ ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 3.

¹⁶¹ ESCOBAR, Wenceslau. Op. Cit. p. 4.

¹⁶² ESCOBAR, Wenceslau. Op. Cit. p. 4.

Apesar de terem se passado 28 anos, o principal motivo que levou à revolução - a constituição rio-grandense de inspiração comtista - ainda "*está vivida e triunfante*" a subjugar os rio-grandenses, antepondo-se à "*realidade democrática do Estado meridional*."¹⁶³

Após essas considerações iniciais, o que se segue é uma descrição interminável das batalhas travadas entre as forças revolucionárias e as forças legalistas. Além das descrições dos movimentos militares das forças federalistas o que chama a atenção é a tentativa do autor de justificar a revolução pelas perseguições de que foram vítimas os federalistas, após a implantação da República. Segundo ele, os partidários do Partido Liberal que ocupavam cargos burocráticos foram afastados da administração pública e, em seus lugares, assumiram os membros do PRR, os quais foram responsáveis por inúmeros saques aos cofres públicos. Ainda segundo o autor, os republicanos foram os responsáveis por outras violências como invasão de propriedades, roubos, estupros e inúmeras degolas ocorridas por todo o estado. Para completar, as eleições para a Assembléia Constituinte Estadual foram cercadas de fraudes, o que levou os republicanos a terem a maioria dos deputados e a aprovarem, desta forma, a Constituição Positivista de 1891, bem como eleger Júlio de Castilhos para o governo do estado.

Escobar conclui seu livro dizendo que o objetivo da revolução - refazer a Constituição Rio-grandense de 1891 - não foi alcançado. Coloca também sua tristeza por ver o RS prestar honras ao carrasco da liberdade, Júlio de Castilhos, ao mesmo tempo que o grande tribuno não pode sequer ser enterrado na sua pátria, dormindo exilado em terra estranha.

¹⁶³ ESCOBAR, Wenceslau. Op. Cit. p. 4.

Como um contraponto às duas obras anteriores, podemos citar a obra de Germano Hasslocher, intitulada *'A Verdade sobre a Revolução'*, publicada em 1894 na cidade de Porto Alegre. No livro, o autor justifica sua mudança de postura política, de federalista à opositorista, devido aos rumos tomados pela Revolução Federalista. Segundo o autor, o que o motivou a escrever a obra foi o desejo de encontrar a *"paz para a minha terra, o seu progresso, a sua felicidade, o que nunca alcançaríamos com o triunfo que obtivesse a revolução."*¹⁶⁴ O flagelo da guerra civil, que impossibilitou que muitos dos filhos do RS voltassem seguros ao seu torrão natal, tendo que viver exilados no Uruguai, era motivado pela vaidade e intransigência de um homem, Gaspar Silveira Martins, que não soube contemporizar e entrar em acordo com Júlio de Castilhos. A obra é uma descrição das ações dos federalistas, principalmente dos atos violentos e de suas divergências em relação a Gaspar Silveira Martins. Uma das críticas era o fato deste não ter condenado as degolas, bem como não ter definido a proposta política dos revolucionários. Perguntava-se se a Revolução Federalista era *"restauradora ou republicana? Nunca consegui saber quais os intuitos de seu chefe, mas não duvidei um só momento que ela seria aquilo que ele quisesse."*¹⁶⁵

Essa ausência de uma definição em relação à república ou à monarquia está presente em uma carta de Gaspar Silveira Martins a Andrade Figueira, onde dizia que seguiria a vontade nacional, uma vez que não possuía compromisso com nenhum partido, mas com *"a Pátria, com a liberdade, sem a qual não há Pátria"*. Concluía a carta dizendo *"aceito a República ou a Monarquia."*¹⁶⁶

¹⁶⁴ HASSLOCHER, Germano. *A Verdade sobre a Revolução*. Porto Alegre: Typ. de Cesar Reinhardt. 1894. pp. 12-13.

¹⁶⁵ HASSLOCHER, Germano. Op. Cit. p. 6.

¹⁶⁶ Carta de Silveira Martins a Andrade Figueira, datada de 01 de Novembro de 1894. In: JANOTTI, Maria de L. Mônico. *Os Subversivos da República*. Op. Cit. p. 75.

A suposta indefinição política dos federalistas foi percebida pelo Conde de Paço d'Arcos, ministro português, que disse ser difícil definir os resultados da Revolução. Poderia ocorrer *“a separação daquele Estado e dos Estados vizinhos, da Federação Brasileira, formando outra república! Ou a Federação com as repúblicas independentes do Prata! Ou nova constituição dando o parlamentarismo à República do Brasil, em vez do presidencialismo que hoje há.”* Concluía dizendo que, apesar da imputação sebastianista à revolução e dos monarquistas serem ainda numerosos no Brasil, a restauração seria difícil, uma vez que *“é avessa aos princípios e costumes americanos!”*¹⁶⁷

Além dessas obras referidas anteriormente, podem ser citadas outras memórias sobre a Revolução Federalista, como as obras de Fabrício B. de O. Pilar *‘Memórias da Revolução de 1893’*, Epaminondas Villalba (pseudônimo de Raul Villalobos) *‘Revolução Federalista no Rio Grande do Sul’*, Antônio Ferreira Prestes Guimarães *‘A Revolução Federalista em Cima da Serra, 1892 - 1895, Diário de Campanha’* e Dunshee de Abranches *‘A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense’*. A maior parte destas obras foram publicadas antes do década de 20. Era o testemunho de participantes da guerra.

O segundo momento historiográfico refere-se ao período que inicia com a (re)fundação do IHGRGS, em 1920 e que se estende até a década de 60. Este período caracteriza-se pela tentativa de “memoricídio” da revolução. Este termo, usado pelo historiador Décio Freitas, refere-se à pouca produção histórica referente à Revolução Federalista, principalmente se compararmos com o extenso material produzido sobre a

¹⁶⁷ JANOTTI, Maria de L. Mônaco. Op. Cit. pp. 65-66.

Revolução Farrroupilha. Essa realidade começou a mudar a partir da década de 60, quando desenvolveram-se algumas pesquisas, muitas delas no interior das universidades. Na opinião de Décio Freitas, isso se deve porque “os gaúchos, geralmente ufanos de suas revoluções, sentem vergonha da Revolução Federalista. A fantástica orgia de sadismo promovida pelas duas facções, degolas sistemáticas e, às vezes, em massa dos adversários – combatentes ou não – imprimiu nesta revolução o estigma da infâmia.”¹⁶⁸

Para ilustrar a tentativa de sepultamento a qual se refere o historiador Décio Freitas, podemos citar a frase emblemática, apesar de atualmente superada, do general Souza Docca: “Veio a revolução, que é um capítulo doloroso dos nossos anais, que merece a nossa condenação, e o fazemos silenciando seus acontecimentos.”¹⁶⁹

Emílio Fernandes de Souza Docca era um dos integrantes do chamado “círculo historiográfico” de “matriz lusitana”, juntamente com Aurélio Porto, Othello Rosa e Moysés Vellinho, só para citarmos os mais conhecidos. Segundo os estudos de Ieda Gutfreind sobre a historiografia rio-grandense, principalmente a produzida entre as décadas de 20 e 60, é possível “identificar duas matrizes¹⁷⁰ ideológicas que se originam de interpretações de participantes contemporâneos nos acontecimentos narrados e, posteriormente, reinterpretados e incorporados à produção historiográfica.”¹⁷¹ As duas matrizes são identificadas como Matriz Lusitana e Matriz Platina.

¹⁶⁸ FREITAS, Décio. A Revolução da Degola. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Op. Cit. p. 22.

¹⁶⁹ SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes de. Apud: PICCOLO, Helga I. L. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: Considerações Historiográficas. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Op. Cit. p. 65.

¹⁷⁰ Ieda Gutfreind entende matriz como um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca da identidade político-cultural do território sul-rio-grandense. Ver GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p.11.

¹⁷¹ GUTFREIND, Ieda. Op. Cit. p.10.

A Matriz Lusitana considera a influência da cultura lusa como inquestionável na formação do estado sulino, negando as trocas culturais e econômicas desenvolvidas através da fronteira com os territórios platinos, bem como o legado deixado pelos jesuítas com a fundação das Missões Orientais. Esse grupo também foi responsável pela defesa acirrada da Revolução Farroupilha como uma revolução republicana e federativa e não separatista, como pregavam os historiadores da matriz platina, a exemplo de Alfredo Varella.

O que caracterizava os integrantes da Matriz Platina era a importância dada às influências do Prata na formação histórica do RS. A fronteira era vista como uma região de intensa troca, como uma área de integração, onde se desenvolviam fortes relações econômicas - seja através do comércio legal ou do contrabando - sociais e culturais e não como uma linha divisória que separa os vários grupos que habitavam-na. Para a população que vivia nessa área, não fazia muita diferença estar no lado português ou espanhol, o que interessava era garantir sua sobrevivência.¹⁷² Além disso, consideravam como parte integrante da História do estado os aldeamentos jesuíticos.

Essa disputa entre as duas matrizes era um desdobramento do contexto político em que se encontrava o estado sulino. Era necessário lançar o RS como um estado eminentemente nacional, brasileiro. Por isso a disputa em torno de quem havia influenciado mais na sua formação, os lusos ou os platinos.

A (re)fundação do IHGRGS, em 1920, integra-se neste esforço de abraçar a história do RS. Segundo Ieda Gutfreind “o nacionalismo ascendente e o

¹⁷² REICHEL, Heloisa J. & GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e Guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995. p. 52.

esforço de grupos políticos gaúchos em se lançarem à liderança nacional tomaram a História como escudo e bandeira de batalha.”¹⁷³

Neste sentido, não foram todos os aspectos da formação histórica rio-grandense que foram privilegiados nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos. Alguns foram escolhidos como mais significativos, ou importantes, dentro da imagem que se queria passar do RS. Dentre esses temas salienta-se a ocupação do território, seus primeiros povoadores, sua relação com o Império Português e Espanhol e a Revolução Farroupilha.

Nesse contexto de nacionalização, de integração do RS com o restante do País, podemos dizer que uma revolução que opôs uma parcela do estado contra o governo estadual e federal legalmente constituído após a implantação da República, como foi a Revolução Federalista, não tinha as características necessárias que a enquadrassem dentro do grupo de “grandes temas” da história rio-grandense. Para Souza Docca, militar, historiador e um dos fundadores do IHGRGS, instituição apoiada por Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos no governo do RS, a história era o testemunho dos tempos, a mestra da vida. A partir disto, uma revolução que passou para a história como a ‘revolução da degola’, que colocou frente a frente os integrantes de um mesmo estado, que maculou a honra, o heroísmo dos rio-grandenses, dos gaúchos, devido a suas atrocidades, cometidas de ambos os lados, que ia de encontro ao discurso de integração, deveria, necessariamente, ser silenciada.

Se levarmos em conta a importância dos Institutos Históricos e Geográficos como locais de produção de saber e que tinham, nos estados, “a função de

¹⁷³ GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Op. Cit. p. 24.

garantir as suas especificidades regionais e buscar definir, quando possível, certa hegemonia cultural”¹⁷⁴ e que Souza Docca foi orador oficial do IHGRGS, o conselho de condenar, através do silêncio, a Revolução Federalista, foi levado a sério por uma parcela significativa de historiadores rio-grandenses, pelo menos até a década de 60.

No levantamento feito pela professora Helga Piccolo sobre os artigos publicados na Revista do IHGRGS e nos Anais dos Congressos de História e Geografia Sul-rio-grandense, ambos de responsabilidade do IHGRGS, entre os anos de 1921 e 1992, a autora salienta o reduzido número de trabalhos referentes à Revolução Federalista. Destaca, entre os poucos artigos, o de Hélio Moro Mariante, *‘A Revolução de 1893 na Consolidação da República’*, publicado no ano de 1990.¹⁷⁵

Souza Docca, Aurélio Porto, Othelo Rosa e Moysés Vellinho foram membros atuantes do Instituto e da vida cultural e intelectual do estado. Alguns desses historiadores iniciaram suas carreiras como redatores de jornais, como Aurélio Porto e Othelo Rosa, que trabalharam no jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Foram também membros atuantes dentro do PRR e do PRL¹⁷⁶, chegando a serem eleitos para a Assembléia Legislativa Estadual, como Othelo Rosa e Moysés Vellinho. Foram esses intelectuais que definiram, com suas posturas políticas e históricas, as características do IHGRGS. Apesar do estudo de Lilia Moritz Schwarcz

¹⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. Op. Cit. p. 100.

¹⁷⁵ PICCOLO, Helga I. L. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: Considerações Historiográficas*. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Op. Cit. p. 76.

¹⁷⁶ Segundo Hélgio Trindade, o Partido Republicano Liberal (PRL) foi fundado em 1932 e ocupou o antigo posto do PRR como partido ligado à máquina governamental, tendo como características uma disciplina partidária rígida e a obediência ao chefe, ao velho estilo borgista. TRINDADE, Hélgio. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul - 1891-1937*. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, n.º 01 e 02, Volume 07, 1981.

referir-se ao século XIX e aos IHGB, IHGSP e o IHGPE, podemos nos apropriar da sua definição sobre os mesmos quando diz que esses centros de conhecimento caracterizavam-se como “sociedades da corte especializados na produção de um saber de cunho oficial.”¹⁷⁷

Esse período, onde a produção historiográfica é marcada pela influência do IHGRGS, começa a perder importância a partir dos anos 60. Um dos fatores de mudança foi a difusão dos cursos de pós-graduação em História nas universidades do RS, o que incentivou a pesquisa e a discussão histórica. Sérgio da Costa Franco, apesar de não fazer parte dos quadros acadêmicos, foi pioneiro na discussão sobre a Revolução Federalista. No artigo '*O Sentido Histórico da Revolução de 1893*', publicado em 1962, o autor chama a atenção sobre a necessidade de aprofundarmos os estudos históricos sobre a Revolução Federalista. Em sua opinião, não havia mais desculpas para os historiadores fugirem do assunto como “pudicas noviças diante de uma página fescenina.”¹⁷⁸

No artigo acima citado, o autor tece considerações sobre as mudanças sociais e econômicas ocorridas no estado após a Guerra do Paraguai que, somadas a ressentimentos políticos devido ao desmonte da máquina político-eleitoral da monarquia pelos republicanos, levou à rebelião de 1893. Entre os vários pontos levantados pelo autor, gostaríamos de ressaltar a diversidade dos grupos políticos que se engajaram na insurreição, pois além dos federalistas, participaram, pelo lado rebelde, republicanos dissidentes, antigos membros do Partido Conservador e monarquistas. A participação

¹⁷⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. Op. Cit. p. 100.

¹⁷⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *O Sentido Histórico da Revolução de 1893*. In: **Fundamentos da Cultura Rio-Grandense, 5º Série**. Op. Cit. p. 193.

deste último grupo político não significa que “é lícito afirmar que os chefes federalistas pretendessem a restauração da Monarquia.”¹⁷⁹

Segundo Sérgio da Costa Franco “a idéia central do pensamento federalista era a da liquidação do castilhismo, representado sempre como a encarnação de uma tirania opressiva, cruel e desligada da opinião pública.”¹⁸⁰ O pioneirismo de Sérgio da Costa Franco deve-se ao fato dele privilegiar a interpretação das mudanças estruturais da sociedade rio-grandense que levaram à deflagração da guerra, bem como a busca de independência em suas análises, uma vez que não privilegia a defesa de um ou de outro dos grupos políticos envolvidos. Além desse texto, foi publicado pelo mesmo autor a obra *‘Júlio de Castilhos e sua Época’*.

Entre as obras acadêmicas publicadas, poucas são as que tratam especificamente sobre a Revolução Federalista ou mesmo sobre a Proclamação da República no RS.

Entre esses estudos podemos citar o livro de Sandra Jatahy Pesavento, intitulado *‘A Revolução Federalista’*, onde a autora privilegia a análise, a partir da teoria marxista, das transformações econômicas e sociais pelas quais passavam o estado e o país, no final da século XIX, e que levaram à deflagração de uma guerra civil. Nessa obra o aspecto econômico apresenta-se como o fator determinante e definidor das relações sociais e de trabalho.

Segundo a autora, a economia do RS estava desvinculada do processo agroexportador, mantendo-se, contudo, vinculada à economia central do país devido ao seu principal produto de exportação, o charque. Em função do alto custo de produção do

¹⁷⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit. p. 209.

¹⁸⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit. p. 209.

charque, os anos finais da monarquia foram de crise para a pecuária gaúcha. O charque gaúcho, que servia de alimento aos escravos, sofria a concorrência com o charque platino, mais barato e de melhor qualidade. Não era do interesse dos setores econômicos dominantes, os cafeicultores, criar medidas protecionistas a uma economia regional. Pelo contrário, seu interesse era diminuir custos, comprando mais barato o alimento para seus escravos. Com a descapitalização das charqueadas e, conseqüentemente, do setor pecuário, o RS não teve condições de promover a imigração de mão-de-obra para a substituição do trabalho escravo e tampouco propiciar a renovação tecnológica no beneficiamento da carne, a exemplo do seu vizinho Uruguai.¹⁸¹

Em contraponto ao enfoque centrado mais nas mudanças econômicas da obra anterior, podemos salientar a dissertação de mestrado *'Rio Grande do Sul: 1889-1896 A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa'* da professora Ieda Gutfreind, que privilegia os aspectos políticos no processo de implantação da República. O trabalho centra-se “no estudo da formação e da ideologia do Partido Federalista ou Republicano Federal, surgido nos primeiros anos da República no Rio Grande do Sul.”¹⁸² O decorrer do trabalho acompanha, através do jornal *A Reforma*, a trajetória do antigo Partido Liberal e suas rearticulações políticas após a implantação da República e sua exclusão dos antigos postos políticos.

Com algumas diferenças, esse é o mesmo caminho desenvolvido por Américo Dalabona em sua monografia *'A Atuação Liberal na Crise do Início da República e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul - 1889/1895'*, defendida em

¹⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983. pp. 38-40.

¹⁸² GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896 A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa*. Op. Cit. p. 5.

1981, no curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul da UFRGS.

Entre as pesquisas que têm como objeto de estudo o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) podemos citar o livro de Céli Regina Jardim Pinto, intitulado *'Positivismo: Um Projeto Político Alternativo (RS: 1889-1930)'*, que faz parte de sua tese de doutorado,¹⁸³ bem como sua Dissertação de Mestrado, *'Contribuição ao Estudo do Partido Republicano Rio-grandense (1882-1891)'*. Segundo Céli Regina Pinto, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), fundado em 1882, diferenciava-se dos outros partidos republicanos do país no momento em que esse não originou-se de dissidências do Partido Liberal. Os membros do PRR eram, em sua maioria, jovens bacharéis, formados na escola de Direito de São Paulo, e os mesmos professavam a Filosofia Positivista de Augusto Comte. O PRR não estava ligado à tradicional elite pecuária da campanha gaúcha, o que significou que esse partido buscou representatividade numa política que procurava atender aos diversos setores sociais do estado, sem, contudo, se opor frontalmente aos interesses da pecuária. Para Céli Regina Pinto o "PRR construiu um discurso não-oligárquico, mas não anti-oligárquico."¹⁸⁴ O PRR somente tomou uma posição contrária ao pacto oligárquico em 1929, quando foi fundamental na deposição do último presidente eleito pela elite cafeicultora do país.

Muitos dos trabalhos cujo tema é o estudo da República Velha, no Brasil ou no RS, reservam algumas páginas, ou mesmo um capítulo para discutir a Revolução Federalista. É o caso do trabalho de pesquisa desenvolvido pelo brazilianista Joseph

¹⁸³ A tese de doutorado foi defendida em 1986, na Universidade de Essex, Inglaterra, sob o título 'The Positivist discourse of the Republican Party of Rio Grande do Sul - a successful political project in the Brazilian Old Republic'. Já a Dissertação de Mestrado foi desenvolvida no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, em 1979.

¹⁸⁴ PINTO, Céli Regina J. *Positivismo. Um Projeto Político Alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM Editores S.A., 1986. p.104.

Love, intitulado '*O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*', publicado em 1971 nos EUA e em 1975 no Brasil.

O primeiro capítulo é dedicado ao estudo da estrutura da sociedade gaúcha, suas diferentes regiões, a ascensão do castilhismo, a guerra civil e suas "profundas conseqüências para a política gaúcha na República Velha."¹⁸⁵

Segundo Maria Antonieta Antonacci, um dos fatores que levou à Revolução Federalista foi a política econômica implantada pelos castilhistas. Os "positivistas" rio-grandenses "propuseram um projeto de organização social baseado no desenvolvimento de todos os setores da produção."¹⁸⁶ A partir disso, entendiam que os setores mais desenvolvidos deveriam ser mais taxados, a fim de possibilitar melhores condições aos setores em expansão. Decorre dessa postura política a defesa do aumento de impostos que recaía sobre a produção de charque e couro¹⁸⁷ e a perseguição ao contrabando de gado através da fronteira com o Uruguai. Discorda da opinião de Joseph Love quando diz que houve uma "discriminação regional contra a Campanha", uma vez que o conhecimento do projeto de desenvolvimento de todas os setores da economia explicava a atitude do PRR de estabelecer a aplicação do "imposto territorial e das distinções na cobrança de taxas de exportação, que eram mais elevadas para os produtos provenientes das grandes propriedades pecuaristas."¹⁸⁸

Loiva Otero Félix, em sua tese de doutorado, publicada sob o título '*Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*', nos diz que era a região da campanha o

¹⁸⁵ LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. Op. Cit. p.77.

¹⁸⁶ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Op. Cit. p. 20.

¹⁸⁷ De 4% de imposto que era taxado sobre todos os produtos exportados pelo estado passou a ser taxado diferenciadamente o charque e o couro em 6% e 9%, respectivamente. Ver LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. Op. Cit. p.50.

¹⁸⁸ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Op. Cit. p. 21.

reduto mais identificado com o Partido Liberal, no Império, e com o Partido Federalista, na República. No entanto, salienta que, durante o período de instalação da república, o PRR não era identificado com nenhuma região em específico, apesar de muitos de seus líderes serem provenientes do Planalto Médio. Essa situação muda no decorrer do governo de Borges de Medeiros quando, ao final da primeira década do século XX, o PRR possui como suporte legitimador a região serrana do Planalto Médio.¹⁸⁹

Além dos trabalhos comentados, muitos outros foram escritos e produzidos no meio universitário, resultado de pesquisas de mestrado ou doutorado. A maior ocorrência deu-se com a proximidade do centenário da Revolução Federalista. Em 1993, foram realizados seminários e publicadas obras coletivas, nas quais muitos pesquisadores rio-grandenses divulgaram, através de artigos, seus estudos sobre o referido período. A intenção, dizia-se, não era comemorar, mas aproveitar a data para refletir sobre esse aspecto da história regional e nacional. Podemos considerar este momento como outro período historiográfico.

Esses seminários renderam livros coletivos, onde impera a diversidade de interpretações e enfoques metodológicos. São eles: *'Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros'*, organizado por Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix; *'Pensar a Revolução Federalista'*, organizado por Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres; *'Revolução Federalista - Estudos'*, organizado por Hilda Agnes Hübner Flores; *'Rio Grande do Sul. Aspectos da Revolução de 1893'*, organizado por Hilda A. H. Flores e Moacyr Flores; e *'Revolução de 1893'*, cadernos Porto e Vírgula, sob a organização de Zita Possamai, publicado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, entre outros.

¹⁸⁹ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª Edição. Revista e Ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. pp. 61-62.

Essas produções podem ser inseridas dentro do movimento que está repensando o estudo da história política. A Nova História Política desloca-se do estudo das guerras ou das relações diplomáticas e passa a trabalhar os partidos políticos, as disputas eleitorais, as ideologias. Resgata-se, dentro do estudo do poder, a ação dos homens.

O que caracteriza essas produções coletivas e as diferencia das abordagens anteriores é a renovação temática e metodológica dos artigos referentes à revolução, bem como a utilização de fontes inéditas. Destacamos, entre outros, os trabalhos referentes à revolução na região colonial de imigração alemã, bem como as pesquisas utilizando como fontes os arquivos diplomáticos, desenvolvidos respectivamente por René E. Gertz e Núncia Santoro Constantino.

Entre os vários artigos publicados nesses livros, podemos citar dois que discutem o que foi produzido referente à revolução. Primeiro o texto '*A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: Considerações historiográficas*' de autoria da Professora Helga Iracema Landgraf Piccolo. A autora inicia o texto falando de duas características presentes nos trabalhos produzidos sobre a Revolução Federalista. Refere-se à ênfase e às abordagens privilegiadas nos trabalhos como, por exemplo, a personalização do conflito (entre Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins); a revolução como a luta pelo poder entre duas ideologias, representadas pelos castilhistas e pelos federalistas; a descrição das ações armadas; das violências cometidas como degolas, estupros, saques e sua articulação com a Revolta da Armada.

Outro trabalho interessante, esse de cunho historiográfico é '*A Revolução Federalista nos Manuais de História (1896-1928)*' do professor Luiz Henrique Torres. Para essa pesquisa, o autor selecionou sete livros elaborados com a finalidade de serem

adotados nas escolas ou voltados para um público mais amplo, objetivando analisar os discursos sobre a revolução presentes nessas obras.

Segundo o autor, o objetivo dos textos analisados é o estudo do passado, da história como uma “grande lição cívica”¹⁹⁰, através da qual as tradições legadas pelos mortos servem de guia para os homens do presente. A História serve de pano de fundo para os exemplos de moralidade e as representações de tipos sociais, entre elas o gaúcho. Em relação à Revolução Federalista, as abordagens evitam o enfoque nas divisões e conflitos dos grupos armados, enaltecem os personagens, harmonizam o presente e o legado histórico-cultural, que é o reflexo da ação de homens honestos que contribuíram para o progresso do estado. Em suma, “a revolução aconteceu com ‘naturalidade’ (oriunda de paixões partidárias) ou foi um momento historiográfico incômodo (e por isso, abordado com brevidade) que o progresso do período borgista dissolveu num passe de mágica. O silêncio e a simulação da harmonia são recursos contínuos.”¹⁹¹

Podemos concordar com Helga I. L. Piccolo quando ela diz que a Revolução Federalista deixou de ser um tabu na historiografia. A proximidade do centenário da revolução incentivou a pesquisa e a divulgação ao grande público. Foram publicados artigos em jornais, realizados simpósios e encontros sobre o tema e, através desses, surgiram pesquisas com novos enfoques e/ou privilegiando outras fontes, como, por exemplo, os arquivos diplomáticos, judiciais e manuscritos. No entanto, continuam a ser produzidos trabalhos nos quais a simpatia por um ou outro dos lados da luta impera, o

¹⁹⁰ TORRES, Luiz Henrique. A Revolução Federalista nos Manuais de História (1896-1928) In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.) *Pensar a Revolução Federalista*. Op. Cit. p. 89.

¹⁹¹ TORRES, Luiz Henrique. A Revolução Federalista nos Manuais de História (1896 - 1928) In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.) *Pensar a Revolução Federalista*. Op. Cit. p. 88.

que impede o distanciamento necessário ao historiador.

A história da Revolução Federalista está sendo escrita, não mais com a perspectiva de reviver o passado tal como aconteceu, de maneira completa, visando a objetividade e tendo como função primordial servir de exemplo à vida, como pretendiam os memorialistas da revolução e os historiadores membros do IHGRGS. Em oposição à esta visão de história lembramos do que nos fala Paul Veyne sobre o trabalho do historiador. A escrita da história possui um limite. Não é possível escrever toda a história, uma vez que é uma narrativa de eventos, sendo esses apreendidos de maneira incompleta e literalmente, através de indícios.¹⁹² Assim, embalada nas palavras do historiador e crítico do trabalho dos historiadores, podemos dizer que os discursos federalistas e as imagens deles provenientes, indícios das disputas e tensões políticas e sociais daquele momento, nos permitiram iluminar e interpretar alguns aspectos da turbulenta transição política no RS.

¹⁹² Ver VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da UnB, 1982. pp. 11-12.

FONTES

1 - Jornais:

A REFORMA - Porto Alegre. set. 1889, jan./dez. 1890, jan./dez. 1891, jan./out. 1892, set. 1896, jul./set. 1909, jul./set. 1910, ago./set. 1911.

CORREIO DO POVO - Porto Alegre. jul./ago. 1901, jul./ago. 1921, jul./ago. 1922, jul./ago. 1923.

O BISTURI - Rio Grande. abr./dez. 1888, maio/dez. 1889.

2 - Documentos Impressos:

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **História da República Rio-grandense**. São Paulo: s. Ed.. 1882.

_____. **Alocução sobre Silveira Martins**. Porto Alegre: Revista do IHGRGS, 1982, nº 123.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio. Narrativa da Revolução de 1893**. Fac-símile da edição de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1992.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1983.

Folder publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Diretoria Biênio 1996/1998, presidida pelo Historiador Sérgio da Costa Franco.

HASSLOCHER, Germano. **A Verdade sobre a Revolução**. Porto Alegre: Typ. de Cesar Reinhardt. 1894.

TEIXEIRA, Múcio. **A Revolução do Rio Grande do Sul. Suas causas e seus efeitos**. Porto Alegre: Typ. Do Jornal do Commercio. 1893.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Documentos e Comentários**. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert. 1897.

3 - Livros, artigos, monografias, dissertações e teses:

ABREU, Regina. **Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, Volume 7, nº 14, 1994.

- ALBECHE, Daysi Lange. **Imagens do Gaúcho: História e Mitificação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- ALVIM, Newton. **Silveira Martins**. Porto Alegre: Tchê! Comunicações Ltda. Coleção Esses Gaúchos, 1985.
- ALVES, Francisco Neves. **Uma Introdução à História da Imprensa Rio-grandina: o estudo de alguns "fragmentos" do século XIX**. Rio Grande: Universidade de Rio Grande, 1995.
- ALVES, Francisco Neves & TORRES, Luiz Henrique. (orgs.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições & a revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- BRANDÃO, Junito. **Dicionário Mítico-etimológico da Mitologia e da Religião Romana**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BAZCKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: **Enciclopédia Eunadi**. Volume 5. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **Literatura e Crítica na Imprensa do Rio Grande do Sul - 1868 a 1880**. Porto Alegre: EST, 1982.
- BOEIRA, Nelson. **O Rio Grande de Augusto Comte**. In: **RS: Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História. Novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- _____. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- _____. **A nova historiografia e o imaginário da República. Anos 90**. v.1, n.1, Maio de 1993. CPG em História da UFRGS.

- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados, 11(5) São Paulo: USP, 1991.
- _____. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand do Brasil, 1990.
- DACANAL, José Hildebrando.(org.). **A Revolução Farroupilha: história & interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- DALABONA, Américo. **A Atuação Liberal na Crise do Início da República e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul 1889-1895**. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1981. (Especialização em História).
- DILLENBURG, Sergio Roberto. **A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987.
- DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. RS 1893-1895 nos Monumentos. Esquecimento compactuado. In: **FLORES, Hilda A H. (org.) Revolução Federalista - Estudos**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.
- DUBY, Georges & LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989. p. 73.
- EPSTEIN, Issac. **O Signo**. São Paulo: Ática, 1990.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama geral da Revolução Federalista. In: **Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- _____. **O Sentido Histórico da Revolução de 1893**. In: **Fundamentos da Cultura Rio-Grandense, 5º Série**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962.
- _____. **Júlio de Castilhos e sua Época**. Porto Alegre: Globo. 1967. p. 204.
- _____. **Porto Alegre na Guerra Civil: o "combate" dos cafés**. In: **POSSAMAI, Zita (org.). Revolução Federalista de 1893**. Editor Susana Gastal. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, Cadernos Porto & Vírgula, 1993.
- FÉLIX, Loiva Otero. Mito e alegoria: o universal e o nacional na luta federalista. In: **ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

_____. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

_____. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: **FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). Mitos e Heróis: construção de imaginários.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

_____. Monarquia e República. Gaspar e Júlio. Os heróis na fala de chimangos e maragatos ... ou ... contrabando, corrupção, fraudes e beneplácitos na fala do historiador. In: **Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

_____. Religião, imprensa e Revolução Federalista. In: **Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

_____. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: **Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

FERREIRA, Athos Damasceno. Imprensa Literária em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

FLORES, Elio Chaves. No tempo das degolas: revoluções imperfeitas. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1996.

FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). Revolução Federalista - estudos. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

FLORES, Moacyr. Revolução Farroupilha. 2.ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

_____. **Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da revolução farroupilha.** Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1978.

_____. **Historiografia. Estudos.** Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FREITAS, Décio. O Gaúcho: o mito da "produção sem trabalho". In: RS: Cultura & Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GENRO, Tarso Fernando. RS, tradição jurídica e relações políticas: um estudo introdutório. In: RS: Cultura & Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.
- GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 2.ed., Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da Literatura. **In: RS: Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a reação liberal através de sua imprensa**. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1979. (Dissertação de Mestrado).
- _____. **Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- _____. A revolução federalista: o apelo à revolução e projetos políticos. **In: Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução. **In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. **Sobre a História. Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os Subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KOTHE, Flávio R. **O Herói**. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. **A Alegoria**. São Paulo: Ática, 1986.
- LOVE, Joseph L. **O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- _____. O Rio Grande do Sul como fator de Instabilidade na República Velha. **In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano**. 1º volume. São Paulo: Difel, 1977.

- MACIEL, Maria Eunice. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In: **FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). Mitos e Heróis: construção de imaginários.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o Discurso Jornalístico constrói Memória) In: **ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). Discurso Fundador.** Campinas, SP: Pontes, 1993.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1987.
- OLIVEN, Ruben George. Mitologias da Nação. In: **FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). Mitos e Heróis: construção de imaginários.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Texto e Discurso.** Cópia Xerográfica.
- ORNELLAS, Manoelito de. Silveira Martins. In: **DAMASCENO, Athos et. alli. Fundamentos da Cultura Rio-grandense.** 3º Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957.
- ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época.** Porto Alegre: Globo, 1935.
- PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o Público e o Privado. A Imprensa de Desterro no século XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Historiografia e ideologia. In: **RS: Cultura & Ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Invenção da Sociedade Gaúcha.** Cópia xerográfica.
- PICCOLO, Helga I. L. A Política Rio-Grandense no Império. In: **RS: Economia e Política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- _____. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: Considerações Historiográficas. In: **ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.) Pensar a Revolução Federalista.** Rio Grande: Editora da FURG, 1993.
- PINTO, Celi Regina J. **Positivismo. Um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)** Porto Alegre: L&PM Ed. Ltda., 1986.
- POSSAMAI, Zita (org.). **Revolução Federalista de 1893.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, Cadernos Porto & Vírgula, 1993.

- PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, s. d.
- PROST, Antoine. As Palavras. In: **REMOND, René (org.) Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV. 1996.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMBO, Arthur Blásio. A Revolução Federalista e a imprensa. In: **Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix (orgs.). Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- REICHEL Heloisa J. & GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e Guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.
- REMOND, René. **O Século XIX 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e Pica-paus. Guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM Ed. Ltda., 1985.
- RIBEIRO Jr., João. **O que é positivismo**. 8º ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.
- RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anti-comunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)** Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos: perfil biográfico e escritos políticos**. Porto Alegre: Globo, 1930.
- SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TRINDADE, Héliogio. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense(1882-1937). In: **DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1979.
- _____. Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul - 1891-1937. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, n.1-2, v. 7, 1981.
- TORRES, Luiz Henrique. A Revolução Federalista nos Manuais de História (1896 - 1928) In: **ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

ZILBERMAN, Regina. O Partenon Literário: Literatura e Discurso Político. In: ZILBERMAN, Regina e BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (orgs.). O Partenon Literário: Poesia e Prosa - Antologia. Porto Alegre: EST/ICP, 1980.

. A Literatura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.